

# RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO (AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA)

JANEIRO 2026



# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA  
RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05  
JANEIRO 2026



1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO .....	3
3.	METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL .....	4
4.	QUADRO PROBLEMA .....	8
4.1.	OBJETO DA AVALIAÇÃO .....	8
4.1.1.	OBJETIVOS E FUNDAMENTOS DA REVISÃO .....	8
4.1.2.	ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO .....	9
4.1.3.	ESTRATÉGIA MUNICIPAL.....	10
4.1.4.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOTAR .....	11
4.1.5.	CONTEÚDO E ESTRUTURA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL .....	13
4.2.	DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES ESTRATÉGICAS .....	16
4.3.	SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA .....	19
4.3.1.	POPULAÇÃO E POVOAMENTO.....	19
4.3.2.	SISTEMA ECONÓMICO E SOCIAL.....	20
4.3.3.	SISTEMA URBANO, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS .....	21
4.3.4.	PAISAGEM, VALORES NATURAIS E PATRIMÓNIO .....	24
4.4.	QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO AMBIENTAL .....	26
4.5.	DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE .....	27
5.	DEFINIÇÃO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO .....	28
6.	QUADRO DE AVALIAÇÃO - MEDIDAS DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO .....	31
7.	QUADRO DE GOVERNANÇA.....	33
8.	TABELA DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA INSTITUCIONAL.....	35
9.	EQUIPA.....	36
10.	BIBLIOGRAFIA.....	37

ANEXO.I - TABELA DE PONDERAÇÃO CONSULTA INSTITUCIONAL ( RELATIVO ao CAPÍTULO 8)

## 1. INTRODUÇÃO

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica, (AAE), surge na sequência da aplicação do Decreto-lei 232/2007 de 15 de Junho alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio (RJAAE), tendo como objetivo a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano.

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica acompanha a elaboração da 2ª revisão do PDME e enquadra-se na perspetiva de que a sua realização, ao nível do planeamento, contribua para a adoção de soluções inovadoras mais eficazes e sustentáveis e de medidas de controlo que evitem ou reduzam os efeitos negativos significativos no ambiente, decorrentes da execução do plano.

A abordagem metodológica proposta para realizar a AAE da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas (PDME) assegura o cumprimento do disposto no respetivo RJAAE, e assenta numa abordagem estratégica estruturada em três funções fundamentais da AAE<sup>1</sup>:

- 1. integração das questões ambientais e de sustentabilidade nos processos cíclicos de decisão estratégica;*
- 2. avaliação das opções estratégicas relativamente às oportunidades e riscos para o ambiente e para a sustentabilidade das decisões;*
- 3. validação das contribuições da AAE para os processos estratégicos e para os resultados esperados.*

O presente documento refere-se ao Relatório de Definição de Âmbito (RDA) ou dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) do processo da 2ª revisão do PDME que corresponde à 1ª fase do Relatório Ambiental.

A estrutura adotada para o presente documento procura responder à legislação aplicável, assim como às orientações metodológicas constantes dos Guias de Boas Práticas editados pela Agência Portuguesa do Ambiente<sup>1</sup>, e organiza-se da seguinte forma:

- No capítulo 2, é feito o enquadramento legislativo da AAE
- No capítulo 3 é apresentada a metodologia da AAE.
- No capítulo 4, é formulado o Quadro -problema identificando o Objeto de Avaliação, ou seja; a 2ª revisão do PDME, os respetivos objetivos e fundamentos e são definidas as Questões Estratégicas (QE), Neste capítulo é ainda apresentado o Quadro de Referência Estratégica ambiental (QRE) e analisada as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) ou fatores ambientais definidos pela legislação.
- No capítulo 5, são definidos os Fatores Críticos para a Decisão que materializam o conceito de definição de âmbito ao nível da avaliação estratégica e satisfazem os requisitos legais europeus sobre a pormenorização da informação a ser considerada no relatório ambiental.
- No capítulo 6 são apresentadas as medidas de controlo e monitorização.
- No capítulo 7 é apresentado o Quadro de Governança.
- No capítulo 8 é apresentada o resumo da informação disponível, entidades consultadas e resultados das consultas.
- No capítulo 9 é apresentada a equipa técnica.
- No capítulo 10 é apresentada a bibliografia consultada.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A elaboração do presente relatório surge no âmbito da aplicação do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna as Diretivas Comunitárias n.ºs 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de

<sup>1</sup> Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Maria do Rosário Partidário. Lisboa, 2012. Pág 31.

27 de Junho e 2003/35/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de Maio. A primeira Diretiva está relacionada com a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, enquanto que a segunda estabelece a participação do público na elaboração desses mesmos planos.

O Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos ou programas no ambiente, preocupação que também se encontra refletida nas alterações ao Decreto-Lei 380/99 de 22 de Setembro atualmente estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, que estabelece o regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

De acordo com o definido no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, alínea a), n.º1 do Artigo 3.º, estão sujeitos a avaliação ambiental, “os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão da água, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural (...)”. Por outro lado, estão da mesma forma sujeitos a avaliação ambiental, “os planos e programas que, atendendo aos seus eventuais efeitos num sítio da lista nacional de sítios, num sítio de interesse comunitário, numa zona especial de conservação ou numa zona de proteção especial, devam ser sujeitos a uma avaliação de incidências ambientais (...)”, como refere na alínea b), n.º1 do Artigo 3.º do mesmo diploma.

### 3. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

A metodologia a adotar para a elaboração do relatório de Avaliação Ambiental Estratégica da 2ª revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas, teve por base não só as indicações presentes no Decreto-lei 232/2007 de 15 de Junho, assim como também, a bibliografia respeitante ao tema, nomeadamente a desenvolvida por Maria do Rosário Partidário em “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”<sup>2</sup> para a Agência Portuguesa do Ambiente em 2008, revisto e atualizado pela autora em 2012, integrando ainda as “Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0”, DGT, 2021, disponível no sítio eletrónico da DGT. Todavia, foram feitas as devidas adaptações em função das especificidades do território e da fase em que se encontra a revisão do Plano Diretor Municipal.

Tal como é sugerido no “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, esta metodologia assenta sobre três componentes:

- componente técnica,
- componente de processo;
- componente de comunicação.

No que diz respeito à componente técnica, esta “destina-se a assegurar a focagem técnica da AAE e determinar o seu alcance, a realizar a discussão de opções estratégicas, a avaliar as oportunidades e os riscos e a enunciar diretrizes que constituem recomendações da AAE e são objeto de verificação no seguimento da AAE.” (Partidário, 2007)

Relativamente à componente de processo, esta “destina-se a assegurar a articulação entre o processo de AAE e o processo de planeamento ou programação”. (Partidário, 2012)

Por último, com a componente de comunicação, pretende-se “assegurar que a AAE é acessível a todos os tipos de público interessado.” (Partidário, 2012)

A **metodologia** divide-se em quatro fases:

- **Fase 1 Relatório de Definição de Âmbito (RDA)**

A **primeira fase** inicia a **componente técnica** e constitui o Relatório de Definição de Âmbito (RDA) ou de definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FDC), onde é formulado o quadro-problema, identificando o Objeto de Avaliação, ou seja, a 2ª revisão do PDME, os respetivos objetivos e fundamentos e são definidas as Questões Estratégicas (QE). Nesta fase é ainda apresentado o Quadro de Referência Estratégica ambiental (QRE), analisadas as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) e apresentados os Fatores

<sup>2</sup> “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, Maria do Rosário Partidário. Agência Portuguesa do Ambiente. 2008.

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05  
JANEIRO 2026



Críticos para a Decisão (FCD).

Quadro 1 – Fatores Críticos para a Decisão – Índice metodológico

TÍTULO	CONTEÚDO
<b>Metodologia da Avaliação Ambiental</b>	. Apresenta a fases e a abordagem seguida na definição dos FCD e no Relatório Ambiental (RA), . Objeto da Avaliação, . Definição das questões estratégicas - Objetivos e fundamentos da revisão do PDM
<b>Quadro problema</b>	. Situação de Referência e Cenários, . Quadro de Referência Estratégica ambiental (QRE) - Identificação das metas estratégicas . Definição das Questões estratégicas Ambientais e de sustentabilidade
<b>Definição dos Fatores Críticos para a decisão</b>	. integrando a definição das Questões Estratégicas (QES), Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) para o município.
<b>Quadro de Avaliação</b>	. Quadro de Avaliação dos FCDs (QA) - Identifica os critérios e indicadores a utilizar na monitorização e controlo da implementação do PDME.
<b>Quadro de Governança</b>	. Definição das autoridades competentes e dos atores relevantes para o envolvimento e participação no processo de AAE da revisão deste PDM
<b>Tabela de Ponderação</b>	. Apresenta a s contribuições das entidades consultadas em sede de acompanhamento do PDM.

### ▪ Fase 2 Relatório Ambiental (RA):

Relatório Ambiental Preliminar, que decorrem em articulação com a 2.ª fase da revisão do PDME. Organiza-se em capítulos:

1. Introdução e metodologia,
2. Análise e Avaliação Estratégica focada nos Fatores Críticos para a Decisão,
3. Síntese da Avaliação Ambiental - quadro síntese da AAE para os diferentes Fatores Ambientais, a identificação dos eventuais efeitos negativos e/ou positivos, decorrentes da aplicação dos objetivos do Plano Diretor Municipal de Elvas, assim como, são também indicadas as diretrizes de minimização e as medidas de controlo correspondentes –
4. Definição dos indicadores de monitorização e controlo dos efeitos no ambiente, resultantes da aplicação dos objetivos do plano e identifica as Fontes para os indicadores e parâmetros.

A segunda fase irá constituir o **Relatório Ambiental (RA)** da Avaliação Ambiental Estratégica, onde é feita uma avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), face aos objetivos propostos no PDM, com base na Situação de Referência do concelho. Por outro lado, são também indicados os principais cenários baseados nas Oportunidades e Riscos resultantes da aplicação das Opções Estratégicas do Plano, de modo a serem definidas posteriormente Diretrizes de planeamento e gestão a verter do PDME.

Dá seguimento à **componente técnica** iniciada primeira fase com a análise da **Situação de Referência** de todos os critérios correspondentes aos FCD, sintetizada numa Análise SWOT, onde são identificadas as Forças (Strengths), as Fraquezas (Weaknesses), as Oportunidades (Opportunities) e as Ameaças (Threats).

O ponto seguinte denominou-se de **Análise de Tendências e Alternativas** baseada nas Oportunidades e Riscos e, consiste na indicação e avaliação do contributo do PDM para a prossecução das metas e objetivos estratégicos definidos pelos planos e programas que constituem o **Quadro de Referência Estratégico Ambiental**.

Posteriormente são avaliados os objetivos do plano, face aos critérios considerados e a forma como estes contribuem para alcançar as metas estratégicas. Esta avaliação é quantitativa e segue uma “bitola” tendo como fator mínimo -3 (Forte conflito com o alcance das metas estratégicas) e como fator máximo 3 (Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas).

A **componente processo** reflete-se na segunda fase na sequência da componente técnica e definição das Medidas de Controlo que têm como objetivo acompanhar o ciclo de planeamento nos anos seguintes.

Relativa à **componente de comunicação**, inclui desde a “consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação” (Decreto-Lei 232/2007, de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio), até à consulta pública do Relatório Ambiental, constituindo a

5/37

terceira fase da metodologia desenvolvida.

Ainda na Fase 2 é preparada uma versão para Consulta Pública, que deverá já incorporar as alterações sugeridas pelas ERAE e ser acompanhada de um Resumo Não Técnico.

A organização do conteúdo é descrita nos quadros 2 e 3 seguintes.

**Quadro 2 – Relatório Ambiental – Índice e conteúdos**

TÍTULO	CONTEÚDO
• <b>Análise e Avaliação Estratégica focada nos Fatores Críticos para a Decisão</b>	Por cada Fator Crítico para a Decisão: <ul style="list-style-type: none"> <li>. Análise da Situação de Referência,</li> <li>. Análise SWOT,</li> <li>. Quadro de Referência Estratégico. Avaliação dos Objetivos Estratégicos da 2ª revisão do PDM, face ao QRE,</li> <li>. Avaliação dos Objetivos da 2ª revisão do PDM, face aos FCD,</li> <li>. Análise de Cenários e Alternativas/Opções,</li> <li>. Diretrizes de planeamento e gestão para verter no PDME,</li> </ul>
• <b>Síntese da Avaliação Ambiental.</b>	Síntese da AAE para os diferentes FCD, a identificação das Oportunidades e Riscos, eventuais efeitos negativos e/ou positivos, decorrentes da aplicação dos objetivos do PDM. Indicação de diretrizes de minimização e as medidas de controlo correspondentes a verter no PDME.
• <b>Quadro de Avaliação</b>	Definição dos indicadores de monitorização e controlo dos efeitos no ambiente, resultantes da aplicação dos objetivos do plano

O quadro 3 apresenta a organização do título - Análise e Avaliação Estratégica focada nos Fatores Críticos para a Decisão – de desenvolvimento do RA e que se baseia na caracterização da Situação de Referência Atual por FCD, que permita fazer a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade, bem como estabelecer directrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e que devem ser implementadas em fase de Seguimento ou Monitorização.

**Quadro 3 – Análise e Avaliação Estratégica focada nos Fatores Críticos para a Decisão – Índice e conteúdos**

TÍTULO	CONTEÚDO
• Análise da Situação de Referência	Caraterização da Situação de Referência Atual de acordo com os Fatores Críticos para a Decisão com o nível de pormenorização e alcance adequado à escala do Plano
• Análise SWOT	Análise SWOT por FCD, onde se identificam as Forças e Oportunidades presentes no Concelho, assim como as Fraquezas e as Ameaças.
• Quadro de Referência Estratégico. Identificação de efeitos Oportunidades e Riscos,	Estabelece a relação do Quadro de Referência Estratégico (QRE) e os objetivos do PDM, identificam-se os efeitos as Oportunidades e Riscos da implementação do PDM por FCD e de que forma os objetivos do PDM pretendem colocar em prática as orientações do QRE.
• Avaliação dos Objetivos da 2ª revisão do PDM, face ao QRE,	Avaliação dos objetivos do PDM, em função dos critérios identificados por FCD
• Avaliação de Cenários e tendências,	Baseada nas oportunidades, riscos e alternativas dos objetivos do PDM no âmbito dos FCD's, identificando os efeitos esperados (avaliação de cenários e avaliação de acções estratégicas).
• Diretrizes de planeamento e gestão,	Indicação de diretrizes e medidas a verter no PDME

### ▪ Fase 3 - Declaração Ambiental

Consiste no acompanhamento da Consulta Pública, elaboração do Relatório Ambiental Final e da Declaração Ambiental – esta fase é iniciada com Consulta Pública do Relatório Ambiental Preliminar (e do respetivo Resumo Não Técnico), que decorrerá em simultâneo com o período de Discussão Pública do PDM. Findo este período e a respetiva ponderação

Consiste na emissão da Declaração Ambiental após a aprovação do PDM nos termos do definido no n.º 1 do Artigo 10.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho.

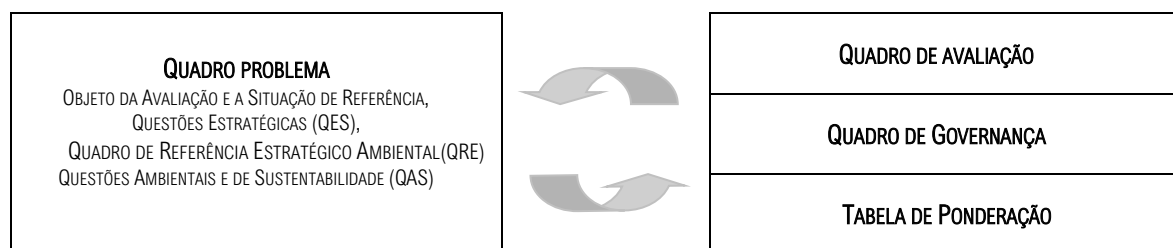
## ▪ Fase 4 - Avaliação e controlo

Consiste na avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução do PDM, verificando a adopção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos, nos termos definidos no do Artigo 11.º do DL n.º 232/2007, de 15 de junho.

Será feita com base nos indicadores definidos no Quadro de Avaliação.

Diagrama 1– Metodologia

### Fase1 - Definição de Fatores Críticos para a Decisão



### Fase2 - Avaliação Ambiental



Fase3- Declaração Ambiental, que decorre em articulação com a versão final da revisão do PDME.

Fase4 - Avaliação e controlo, seguimento da AAE, monitorização da implementação do PDM, face à Avaliação Ambiental Estratégica.

## 4. QUADRO PROBLEMA

### 4.1. OBJETO DA AVALIAÇÃO

O objeto de Avaliação Ambiental presente neste relatório é a 2ª. Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas (PDME) e os seus objetivos estratégicos.

Nos pontos seguintes apresentam-se a Situação de Referência em que se desenvolve a 2ª revisão do PDME, os Objetivos e Fundamentos da 2ª revisão do PDME a Estratégia de Desenvolvimento, a Estratégia Municipal e os Critérios de Sustentabilidade que se propõe adotar no processo.

#### 4.1.1. OBJETIVOS E FUNDAMENTOS DA REVISÃO

O Plano Diretor Municipal de Elvas, atualmente em vigor, constitui a primeira revisão aprovada em 2009 e publicada pela Deliberação n.º 279/2010 de 2 de fevereiro, do Plano aprovado pela Assembleia Municipal de Elvas em 27 de Junho de 1996, e ratificado pelo Governo, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/97 publicada na 1ª Série – B do Diário da República de 22 de Janeiro de 1997. Este documento já sofreu, com o decorrer dos anos e das condições económicas e sociais, vários processos de alteração

Decorridos 10 anos a desatualização do PDME é novamente um dos fatores responsáveis pela necessidade de revisão, nomeadamente, no que diz respeito às perspetivas de desenvolvimento que se projetam para o Município, face às mudanças verificadas desde a sua elaboração ao nível económico e comercial, cultural, ambiental e de ocupação e uso do território.

O PDM, como um instrumento determinante do processo de planeamento municipal, deverá estar atualizado de forma a promover o correto ordenamento do território, orientando devidamente a dinâmica urbanística, fazendo assim prevalecer o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 8.º – Planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização – da Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo – Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

As mudanças verificadas na última década, designadamente ao nível do ambiente e do ordenamento do território, também exigem que a componente ambiental seja cada vez mais incorporada no processo sustentável de planeamento do território, impondo os princípios subjacentes aos conceitos de planeamento e gestão ambiental. Dá-se assim seguimento ao previsto no preâmbulo e na alínea c) do artigo 3.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na alínea e) do n.º 2 do artigo 12.º, no artigo 22.º e alínea f) do artigo 75.º do RJIGT.

Entende-se que vincular explicitamente estes princípios e preocupações no (futuro) PDME poderá trazer alterações significativas, no sentido positivo, no estado do ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento do Município.

Constata-se a necessidade de assegurar a continuidade do processo de planeamento, tornando-o mais célere, económico, participado e real, objetivo e dialético, nomeadamente a partir da sua implementação e gestão informatizada. Os sistemas de informação geográfica (SIG'S) são o instrumento a privilegiar neste processo, dando seguimento aos esforços de apetrechamento desta autarquia ao nível dos recursos tecnológicos e humanos necessários para a implementação do SIG Municipal

É ainda de referir a necessidade de o PDME incluir as estratégias supramunicipais preconizadas através do Programa Regional de Ordenamento Florestal e Rede Natura 2000, que terão que ser vertidas as respetivas normas e orientações, de acordo com a Lei de Bases dos solos e ordenamento. Neste seguimento, as bases programáticas da revisão radicam no desenvolvimento de um conjunto de ações centradas nas seguintes linhas de força:

- Identificação e definição dos elementos estruturantes do território;
- Reforço das medidas tendentes ao equilíbrio social e ambiental, numa perspetiva sustentável;
- Atualização do conteúdo do plano e correção de deficiências e omissões detetadas;
- Agilização dos mecanismos de operacionalização do Plano adequando-os melhor a uma gestão urbana que se pretende de resposta rápida e eficaz às solicitações colocadas;

- Integração do conteúdo do Plano em Sistema de Informação, permitindo a introdução de mecanismos de monitorização do PDME;
- Integração das modificações verificadas no prazo de vigência do atual plano de base económica, social, cultural e ambiental em resultado das dinâmicas operadas no território de Elvas, alterando os pressupostos de caracterização que orientaram, a vários níveis, os objetivos do PDME;
- Progressão favorável do exercício das atividades terciárias apoiadas na consolidação, qualificação do Município;
- Evolução favorável da qualidade de vida nos ambientes urbanos e rural compatível com a consolidação e promoção dos sistemas de infraestruturas e com a renovação do parque residencial;
- Fatores de base económica, social, cultural e ambiental, acompanhados por modificação acentuada das condições funcionais do território e dos sistemas públicos, que nele operam;
- Reforço destes diversos fatores com cenários expectáveis provenientes da definição e estabelecimento de programas de nível local ou nacional com incidência no aumento da visibilidade estratégica de Elvas.

As supramencionadas ações, agindo num quadro de interdependência, provocam efeitos sensíveis no território municipal, impondo lógicas mais avançadas de utilização e gestão que deverão encontrar acolhimento no regime de uso, ocupação e transformação do solo reclassificado ou requalificado, no âmbito da revisão do PDME.

#### 4.1.2. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia do Concelho de Elvas não se pode dissociar da estratégia regional e induz necessariamente à construção de uma visão de mudança.

A **estratégia municipal** passa por:

- Com base nas acessibilidades que dispõe e nas previstas com o “Corredor Internacional sul”, que visa reforçar a conexão ferroviária dos portos e das zonas industriais e urbanas localizadas no sul de Portugal quer a Espanha, quer ao resto da Europa, promover a instalação de empresas e criar as condições para se estabelecer, assumindo uma posição favorável nas ligações logísticas entre Portugal e Espanha;
- Uma base económica especializada, centrada não apenas nas atividades tradicionais, mas também pela entrada de atividades emergentes, com base na inovação, no conhecimento e no capital humano, acelerando a capacidade endógena de criação de riqueza;
- Um concelho diversificado, atrativo para a vida, o trabalho e lazer, polarizado pela qualidade ambiental e pela rede de serviços urbanos e rurais, com base numa opção determinada de desenvolvimento sustentável.
- Efeitos multiplicadores resultantes de projetos estruturantes como:
  - Barragem do Alqueva,
  - Modernização do Porto de Sines,
  - Construção e modernização da linha férrea previstas no âmbito do “Corredor Internacional sul” ,
  - Possibilidade de se constituir a primeira Euroregião, (proposta aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipal a 25 de Junho de 2008),
  - Classificação das fortificações de Elvas como Património da Humanidade.
- A constituição com Badajoz e Campo Maior uma das primeiras Eurocidades da Península Ibérica, com todos os benefícios de escala associados às cidades intermediárias;
- Aplicação de novos paradigmas urbanos às políticas de desenvolvimento regional;
- Desconcentração produtiva e funcional das grandes áreas metropolitanas;

- Novas migrações da população urbana pelas regiões do interior;

A área de intervenção e em especial a faixa envolvente à autoestrada tem já hoje uma forte pressão para a proliferação, espontânea e dispersa, de operadores logísticos e de zonas comerciais de grande dimensão, considerando-se por isso uma realidade que urge ordenar e disciplinar tirando partido das iniciativas previstas, de forma a promover a concentração das atividades.

Esta oportunidade surge quer devido à sua posição fronteiriça e central no corredor Lisboa/Madrid, quer por se localizar junto à área urbano-industrial de Badajoz, cuja expansão se tem processado na direção da fronteira com Portugal.

#### 4.1.3. ESTRATÉGIA MUNICIPAL

A cidade de Elvas constitui um elemento polarizador da dinâmica do Concelho – quer em termos demográficos, quer em termos económicos – e um ponto de convergência e dinâmica das áreas vizinhas.

A classificação como Património da Humanidade em 2012 da Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e as suas Fortificações determina valor, atração e responsabilidade na gestão.

As excelentes condições de acessibilidade do Concelho configuram elevadas potencialidades como entreposto – charneira entre Portugal e Espanha.

A sua localização numa zona de charneira entre o Alto Alentejo e o Alentejo Central é complementada pela sua proximidade às principais cidades da Estremadura Espanhola – Badajoz (a cerca de 10 km) , Cáceres (a cerca de 95 km) e Mérida (70 km) – ; Madrid localiza-se a uma distância de cerca de 412 km.

A implementação da ligação ferroviária Sines-Caia poderá ter um impacto muito significativo no desenvolvimento do concelho de Elvas.

A criação de uma imagem que contrarie a ideia de zona de “passagem” e se centre sobre a variedade, explorando em particular, o património, a paisagem, e as excelentes condições para acolhimento, fora de estação, do turismo desportivo e de terceira idade, poderá constituir um factor chave de desenvolvimento.

Os diferentes cambiantes da paisagem constituídos pelas colinas de Elvas, marcadas quer pela cerealicultura, pelo olival ou pelo montado “campo aberto”, representam, de forma exuberante a paleta da paisagem alentejana.

No Complexo da Albufeira do Caia existem zonas de elevado interesse ecológico e conservacionista.

A tradição e capacidade empresarial em produções seleccionadas (ameixas, azeite, azeitonas) são outras valências que não podem ser ignoradas.

Como grandes objetivos de desenvolvimento para a revisão do PDM, destacam-se os seguintes:

- |  |  |
|--|--|
| <b>OBJ 1 – QUALIFICAÇÃO URBANA</b>       | Qualificar a os núcleos urbanos e o Concelho em todas as suas componentes ambientais e funcionais  |
| <b>OBJ 2 – COESÃO SOCIAL</b>             | Promover a coesão inter concelhia e uma melhor articulação urbano – rural  |
| <b>OBJ 3 – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO</b> | Valorizar o património – natural, cultural e construído – à luz de conceitos inovadores de desenvolvimento   |
| <b>OBJ 4 – (RE)LANÇAR A ECONOMIA</b>     | Relançar atividades económicas radicadas na valorização dos recursos do Concelho e criar condições para o acolhimento de novas indústrias, integrando a ciência e a inovação tecnológica e energética e ainda a transição digital no desenvolvimento local;<br>Reforçar as valências da oferta turística e potenciar as suas relações com o património, cultura e história. Identificação das potencialidades turísticas a explorar.                                 |
| <b>OBJ 5 – INTERNACIONALIZAÇÃO</b>       | A oportunidade logística. Desenvolver atividades de apoio ao transporte e armazenagem beneficiando da situação transfronteiriça e tirando partido das potencialidades geradas pela linha convencional de mercadorias Sines-Évora-Elvas/Caia, vital para a ligação do porto de Sines a Espanha e para a afirmação da competitividade à escala ibérica e europeia, pela localização Plataforma Logística do Sudoeste Europeu em Badajoz com a sua capacidade esgotada. |
| <b>OBJ.6 -PARTICIPAÇÃO E GOVERNAÇÃO</b>  | Estimular a participação e melhorar o modelo de governação. Incentivar a participação dos cidadãos na monitorização das intervenções urbanas (incluindo planos, unidades de execução e loteamentos) com maior recurso às TIC   |

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas)

## 4.1.4. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE A ADOTAR

No novo paradigma é imperioso a integração de critérios de sustentabilidade na concretização dos grandes objectivos estratégicos da 2ª Revisão do PDM de Elvas no sentido de se evoluir para um desenvolvimento sustentável

Desenvolver no presente assegurando as condições de qualidade de vida do futuro pressupõe uma estratégia integrada entre os quatro subsistemas que integram o “Sistema Territorial e Urbano” – o subsistema Ambiental, o subsistema Económico e o subsistema Populacional/Urbano e Sócio cultural – o qual deverá integrar das conclusões resultantes da aplicação dos critérios de cada um dos subsistemas – integração global – interação com a estrutura espacial /território.

Tal implica que desde as etapas de desenvolvimento programático da revisão do PDM, até à sua implementação, se avalie em que medida o Concelho se encontra preparado para dar resposta:

### Às exigências do subsistema Ambiental

Os parâmetros de avaliação do subsistema ambiental relacionam-se com o confronto entre o Concelho – enquanto suporte espacial da atividade humana geradora de impactes no sistema ambiental – e o Sistema Ambiental – Ar, Água, Solo, Subsolo, Fauna, Flora, Homem – como suporte biofísico da vida. Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida o Concelho se encontra preparada para dar resposta às exigências do Sistema Ambiental.

### Às exigências do subsistema Económico

Os parâmetros de avaliação do subsistema económico relacionam-se com o confronto entre o Concelho – enquanto suporte espacial de funções e de meios infraestruturais geradores de sinergias catalisadoras de desenvolvimento – e o Sistema Económico – empresas e organizações empresariais, políticas sectoriais e regionais de desenvolvimento económico, recursos humanos e tecnológicos e mercados – como base económica de suporte do desenvolvimento. Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida o Concelho se encontra preparado para dar resposta às exigências do Sistema Económico.

### Às exigências do subsistema Populacional / Urbano e Sócio Cultural

Os parâmetros de avaliação do subsistema sócio cultural relacionam-se com o confronto entre o Concelho – enquanto espaço de concentração de funções, equipamentos, estruturas organizativas e espaços de relação dinamizadores da integração e valorização sócio cultural – e o Sistema Populacional/Urbano e Sócio Cultural – Valores e Orientações Individuais, Sociabilidade, Condições de Vida, Valores Culturais, Dinâmica Organizativa – como base sócio cultural de suporte do desenvolvimento. Trata-se, em suma, de avaliar, em que medida o Concelho se encontra preparado para dar resposta às exigências do Sistema Sócio Cultural.

## **Critérios Gerais de Sustentabilidade**

Como grandes critérios de sustentabilidade a adotar, apresentam-se, a título indicativo, os que se sintetizam nos quadros seguintes.

### Critérios de Sustentabilidade – Sistema Ambiental

- Transição energética: energias alternativas, renováveis sustentáveis
- Água – armazenamento, reutilização e eficiência no uso.
- Transição digital – na eficiência do uso
- Eficácia dos Sistema de Abastecimento e Tratamento da Água para Consumo
- Eficácia dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais
- Instalação de um sistema de Reutilização de Águas Residuais para Rega
- Eficácia dos Sistema de Gestão de Resíduos
- Proteção de Áreas Naturais de Interesse para a Biodiversidade e Conservação da Natureza
- Criação, Gestão e Conservação de Espaços Verdes na óptica do Combate à Emergência Climática;

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



- Utilização de Energias Renováveis;
- Criação de Centro de Investigação e Observação Territorial;
- Promoção da Agricultura Urbana;
- Estabelecimento de vias e sistemas de mobilidade suave e sustentável.
- Reforço Identitário da Paisagem pela valorização de referências territoriais.

#### CrITÉrios de Sustentabilidade – Sistema Económico

- Acesso às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)
- Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia
- Transição Energética e Eletrificação da Economia
- Acesso ao fornecimento de Energia (promoção de energias renováveis)
- Eficácia do Sistema de Transportes
- Criação e acesso a Instituições de Investigação / Inovação Tecnológica
- Promoção de Atividades Económicas, nomeadamente as potencialidades:
  - turísticas da do centro histórico de Elvas e da Albufeira do Caia;
  - agro-industriais da Colónia de Vila Fernando;
  - comerciais e logísticas de Caia.
- Acessibilidade aos Mercados / Espaços e Meios de Promoção de Produtos Locais
- Criação de Espaços de Encontro e de Fomento de Negócios, especialmente diversificando a oferta de tecido urbano habitacional e empresarial nas freguesias;
- Criação de Equipamentos/Infraestruturas para Acolhimento e Apoio de Atividades Económicas, Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia
- Transição Energética e Eletrificação da Economia

#### CrITÉrios de Sustentabilidade – Populacional / Urbano e Sócio Cultural

- Requalificação social pela regeneração urbana de áreas periféricas Criação e dinamização de Equipamentos/Infraestruturas para Acolhimento e Apoio de Atividades Económicas (CoLab, CoWork...);
- Governança - Participação das Organizações Representativas dos Interesses Locais /Associativismo;
- Reforço identitário das sedes de Freguesia;
- Promoção do Emprego e da Empregabilidade;
- Qualificação da População na Transição Digital
- Promoção da digitalização do trabalho, e da mobilidade da população – migração inversa
- Promoção da Identidade Cultural e do Sentimento de Pertença – Animação Cultural;
- Criação de Equipamentos Educativos, Culturais, Desportivos, Recreativos, Saúde e Segurança Social;
- Estado Social – atividades no setor social e da saúde – geriatria;
- Requalificação e dinamização das Zonas Históricas;

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



- Reabilitação de Edifícios ou Conjuntos com Valor Patrimonial;
- Divulgação do Património Cultural;
- Acesso à Informação – modernização e desconcentração dos serviços públicos/equipamentos informáticos nas escolas;
- Promoção de um Parque Habitacional de Qualidade.

#### 4.1.5. CONTEÚDO E ESTRUTURA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O Plano Diretor Municipal de Elvas encontra-se estruturado em três conjuntos de elementos, sendo que o primeiro conjunto diz respeito aos elementos que constituem, o Plano propriamente dito, o segundo conjunto aos elementos que complementam e acompanham o Plano e o terceiro aos documentos anexos (Mapa de Riscos de Incêndios do Concelho de Elvas, Mapa das Áreas Ardidadas do Concelho de Elvas, Riscos de Cheias e Riscos de Inundações e Mapa de Ruído do Concelho de Elvas), elaborados por entidades externas, que acompanham igualmente o Plano. (Fonte: Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas).

#### ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O PLANO

(conforme do ponto 1 do artigo 97.º Conteúdo documental do D.L. 80/20015 de 14 de maio.)

N.º	DESIGNAÇÃO	ESCALA
ec 01N. ec.01S. ec 01E	PLANTA DE ORDENAMENTO	1/25 000
ec 01.I.N. ec 01.I.S. ec 01.I.E.	PLANTA DE ORDENAMENTO: DESAGREGAÇÃO I – ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE OUTROS INSTRUMENTOS	1/25 000
ec 01.II.N. ec 01.II.S. ec 01.II.E.	PLANTA DE ORDENAMENTO: DESAGREGAÇÃO II – SISTEMAS ESTRUTURANTES	1/25 000
ec 01.III.N. ec 01.III.S. ec 01.III.E.	PLANTA DE ORDENAMENTO: DESAGREGAÇÃO III – ÁREAS COM FUNÇÕES ESPECÍFICAS	1/25 000
ec 01.IV.N. ec 01.IV.S. ec 01.IV.E.	PLANTA DE ORDENAMENTO: DESAGREGAÇÃO IV – CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	1/25 000
ec 02.	PLANTA DE ORDENAMENTO: PERÍMETROS URBANOS	1/10 000
ec 02.A	PLANTA DE ORDENAMENTO: PERÍMETROS URBANOS: DESAGREGAÇÃO A - PATRIMÓNIO	1/10 000
ec 03.N ec 03.S ec 03.E	PLANTA DE CONDICIONANTES	1/25 000
ec 03.I.N ec 03.I.S ec 03.I.E	PLANTA DE CONDICIONANTES: DESAGREGAÇÃO I – RECURSOS HÍDRICOS E GEOLÓGICOS	1/25 000
ec 03.II.N ec 03.II.S ec 03.II.E	PLANTA DE CONDICIONANTES: DESAGREGAÇÃO II – RECURSOS AGRÍCOLAS E FLORESTAIS	1/25 000
ec 03.III.N ec 03.III.S ec 03.III.E	PLANTA DE CONDICIONANTES: DESAGREGAÇÃO IV – RECURSOS ECOLÓGICOS	1/25 000
ec 03.IV.N ec 03.IV.S ec 03.IV.E	PLANTA DE CONDICIONANTES: DESAGREGAÇÃO V – PATRIMÓNIO CULTURAL	1/25 000
ec 03.V.N ec 03.V.S ec 03.V.E	PLANTA DE CONDICIONANTES: DESAGREGAÇÃO VI – EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS	1/25 000

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



ec 03.VI.N ec 03.VI.S ec 03.VI.E	PLANTA DE CONDICIONANTES: DESAGREGAÇÃO VII – PROTEÇÃO AO RISCO DE INCÊNDIO	1/25 000
ec 04	PLANTA DE CONDICIONANTES – PERÍMETROS URBANOS	1/10 000
ec 04.A	PLANTA DE CONDICIONANTES – PERÍMETROS URBANOS: DESAGREGAÇÃO A - PATRIMÓNIO	1/10 000

**Regulamento** e respetivos anexos que dele fazem parte integrante

- Anexo I - Património Classificado;
- Anexo II – Património em Vias de Classificação
- Anexo III – Património cultural não classificado
- Anexo IV – Património arqueológico não classificado
- Anexo V – Património arquitetónico e outros bens imóveis de interesse patrimonial municipal
- Anexo IV – Património Militar

#### ELEMENTOS COMPLEMENTARES AO PLANO

(conforme ponto 3 do artigo 97.º Conteúdo documental, do D.L. 80/20015 de 14 de maio.)

N.º	DESIGNAÇÃO	ESCALA
ECP 01.	PLANTA DE ENQUADRAMENTO	
ECP 02N ECP 02S. ECP 02E.	PLANTA DE SITUAÇÃO ATUAL	1/25000
ECP 03.	PLANTA COM ATUALIZAÇÃO DAS LICENÇAS OU AUTORIZAÇÕES DE OPERAÇÕES URBANÍSTICAS	1/10000
EA 04E EA 04N EA 04S	PLANTA DE RISCOS	1/25000
EA 05E EA 05N EA 05S	PLANTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL	1/25000

#### ELEMENTOS QUE ACOMPANHAM O PLANO

(no âmbito da alínea a) do ponto 1 do artigo 96.º Conteúdo material, do D.L. 80/20015 de 14 de maio.)

N.º	DESIGNAÇÃO	ESCALA
EA 01.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE FISIGRÁFICA – RECURSOS HÍDRICOS DE SUPERFÍCIE E LINHAS DE SEPARAÇÃO DE BACIA	1/50000
EA 02.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE FISIGRÁFICA – HIPSOMETRIA	1/50000
EA 03.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE FISIGRÁFICA – DECLIVES	1/50000
EA 04.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE FISIGRÁFICA – SÍNTESE FISIAGRÁFICA	1/50000
EA 05.	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: ANÁLISE BIOFÍSICA – SOLOS	1/50000
EA 06	PLANTA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (PORTARIA Nº 158/2013, DE 22 DE ABRIL)	1/50000
EA 07	PLANTA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (DELIBERAÇÃO N.º 279/2010, DE 2 DE FEVEREIRO. DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE — N.º 22 — 2 DE FEVEREIRO DE 2010)	1/50000
EA 08. (E, N e S)	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PATRIMÓNIO	1/25000
EA 08.A	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PATRIMÓNIO	1/10000
EA 09	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: INFRAESTRUTURAS	1/25000
EA 09. a	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: INFRAESTRUTURAS - PERÍMETROS URBANOS	1/10000
EA 10	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: UNIDADES E VALORES DA PAISAGEM	1/50000
EA 11	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: OCUPAÇÃO E HUMANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	1/50000
EA 12. a	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PATRIMÓNIO NATURAL - HABITATS	1/50000

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



N.º	DESIGNAÇÃO	ESCALA
EA 12. b	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PATRIMÓNIO NATURAL - FAUNA	1/50000
EA 12. c	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: PATRIMÓNIO NATURAL - FLORA	1/50000
EA 13	PERÍMETROS URBANOS - VARIAÇÃO	1/10000

**Relatório**, constituído por:

- Relatório do estado do ordenamento do território (REOT);
- Estudos de Caracterização e Diagnóstico e respetivas peças desenhadas;
- Estratégia Municipal;
- Ordenamento.

**Programa de Execução e Plano de financiamento** e fundamentação da sustentabilidade económica e financeira;

**Participações** recebidas em sede de discussão pública e respetivo Relatório de Ponderação da Discussão Pública.

**Ficha de Dados Estatísticos.**

#### RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

(no âmbito da alínea m) do ponto 1 do artigo 96.º Conteúdo material, do D.L. 80/20015 de 14 de maio.)

EA REN.E EA REN.N EA REN.S	PLANTA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL	1/25000
EA REN.E EXCLUSÕES EA REN.N EXCLUSÕES EA REN.S EXCLUSÕES	PLANTA DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL - EXCLUSÕES	1/25000

#### RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

(no âmbito da alínea m) do ponto 1 do artigo 96.º Conteúdo material, do D.L. 80/20015 de 14 de maio.)

EA RAN.E EA RAN.N EA RAN.S	PLANTA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL -	1/25000
EA RAN.E EXCLUSÕES EA RAN.N EXCLUSÕES EA RAN.S EXCLUSÕES	PLANTA DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL – EXCLUSÕES E REINTEGRAÇÕES	1/25000

#### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA:

**Relatório de Definição de âmbito** ou Definição de Fatores Críticos para a Decisão

**Relatório ambiental**

**Relatório Não Técnico**

**Declaração Ambiental**

#### ELEMENTOS ANEXOS:

**Carta educativa**

**Mapa de ruído**

**Carta Municipal de Habitação**

## 4.2. DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES ESTRATÉGICAS

As questões estratégicas (QE), como já referido estão relacionadas com o objeto da avaliação, constituem os objetivos estratégicos do plano, cujas propostas vertidas no PDM serão objeto da avaliação, segundo os Fatores Críticos para a Decisão. O PDM de Elvas definiu os objetivos estratégicos que se apresentam na Tabela 1.

**Tabela 1 – Objetivos estratégicos do Plano Diretor Municipal**

<b>OBJ 1 – QUALIFICAÇÃO URBANA</b>	<p><b>Qualificar a os núcleos urbanos e o Concelho em todas as suas componentes ambientais e funcionais:</b></p> <p>Contenção dos perímetros urbanos, assente na avaliação da ocupação e nas previsões demográficas que apontam para decréscimo ou manutenção da população residente, principalmente nas freguesias mais pequenas.</p> <p>Integração e uniformização de orientações e parâmetros entre o perímetro urbano de Elvas e os perímetros urbanos dos restantes aglomerados, não só em termos de qualificação e classificação do solo, como da existência de constrangimentos a nível de regulamento.</p> <p>Enquadramento com normas modelo relativas à Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas e à prevenção de riscos vulnerabilidades identificadas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil contribuindo para a sua prevenção e mitigação das suas consequências.</p> <p>Disposições Gerais de Viabilização de Usos do Solo e Orientação e normas para Compatibilidade de Usos e Atividades.</p>
<b>OBJ 2 – COESÃO SOCIAL</b>	<p><b>Promover a coesão inter concelhia e uma melhor articulação urbano – rural:</b></p> <p>Clarificar algumas disposições comuns a todas as categorias de solo rústico, face à evolução do quadro normativo e da procura destes solos para novas ocupações e atividades, como sejam as instalações fotovoltaicas, enquadradas em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interdições e permissões comuns a todas as categorias de solo rústico</li> <li>• Edificabilidade para fins habitacionais comum a todas as categorias de solo rústico</li> <li>• Edificabilidade para fins não habitacionais comum a todas as categorias de solo rústico.</li> </ul> <p>Instalação de equipamentos ou infraestruturas de suporte e apoio ao recreio, lazer e atividades de animação turística.</p>
<b>OBJ 3 – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO</b>	<p><b>Valorizar o património – natural, cultural e construído – à luz de conceitos inovadores de desenvolvimento:</b></p> <p>Definição de princípios orientadores para a proteção e salvaguarda de Património cultural, nomeadamente o não classificado.</p> <p>Definição de princípios orientadores de proteção e salvaguarda para a Relação com a paisagem e sistema de vistas de e para os bens e valores patrimoniais</p> <p>Criação da carta “Unidades e Valores da Paisagem” onde estão identificados e devidamente cartografados todos os elementos e ocorrências de interesse paisagístico, fundamentais para a caracterização do território.</p>
<b>OBJ 4 – (RE)LANÇAR A ECONOMIA</b>	<p><b>Relançar atividades económicas radicadas na valorização dos recursos do Concelho e criar condições para o acolhimento de novas indústrias, integrando a ciência e a inovação tecnológica e energética e ainda a transição digital no desenvolvimento local:</b></p> <p>Reforçar as valências da oferta turística e potenciar as suas relações com o património, cultura e história. Identificação das potencialidades turísticas a explorar.</p> <p>Zona Empresarial e Industrial de Elvas (Master Plan) (±150 ha) de expansão da zona industrial consolidada.</p> <p>Disposições Gerais de Viabilização de Usos do Solo e Orientação e normas para Compatibilidade de Usos e Atividades.</p>

## OBJ 5 – INTERNACIONALIZAÇÃO

### A oportunidade logística:

Proporcionar os meios para o desenvolver de atividades de apoio ao transporte e armazenagem beneficiando da situação transfronteiriça e tirando partido das potencialidades geradas pela linha convencional de mercadorias Sines-Évora-Elvas/Caia, vital para a ligação do porto de Sines a Espanha e para a afirmação da competitividade à escala ibérica e europeia, pela localização Plataforma Logística do Sudoeste Europeu em Badajoz com a sua capacidade esgotada.

No contexto, da crescente internacionalização e (re) industrialização da economia da UE, as grandes empresas necessitam de amplas parcelas de solo industrial e logístico entre 2000, 3000 ou 5000 m2, pelo que estão adquiridos a quase totalidade dos lotes da Plataforma Logística do Sudoeste Europeu.

A área de fronteira e em especial a faixa envolvente à autoestrada tem já hoje uma forte pressão para a proliferação, espontânea e dispersa, de operadores logísticos e de zonas comerciais de grande dimensão, considerando-se por isso uma realidade que urge ordenar e disciplinar tirando partido das iniciativas previstas, de forma a promover a concentração das atividades em parques empresariais, industriais e logísticos da EUROBEC numa lógica de especialização logística e complementaridade transfronteiriça.

A Plataforma logística de Elvas/Caia, estabelecida pelo programa Portugal Logístico é um dos elementos integrantes da rede regional e é identificada como espaço dedicado à localização de operadores logísticos visando aproveitar as condições privilegiadas de conectividade ibérica e internacional.

A Plataforma Logística do Sudoeste Europeu e a Plataforma de Logística de Elvas/Caia, podem constituir um espaço de referência na logística nacional e europeia, ao poder deter a plataforma logística sediada em Badajoz uma capacidade mínima de carga e descarga de 16.500 toneladas de mercadorias.

## OBJ.6 -PARTICIPAÇÃO E GOVERNAÇÃO

### Estimular a participação e melhorar o modelo de governação:

Incentivar a participação dos cidadãos na monitorização das intervenções urbanas (incluindo planos, unidades de execução e loteamentos) com maior recurso às TIC

Na definição das Questões estratégicas seguiu-se ainda o enquadramento dado Direção Geral do Território, DGT, no âmbito da “Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental”<sup>3</sup>, onde define que as *questões estratégicas a considerar no processo de decisão, na conceção das opções estratégicas do plano ou programa e das ações que as implementam, estão relacionadas com:*

- Valorização do capital natural
- Adaptação e resiliência dos territórios
- Mobilidade e acesso a serviços de interesse geral
- Ambiente urbano e habitação
- Atratividade populacional e capital humano
- Competitividade, inovação e internacionalização
- Conetividade e redes
- Colaboração e governança territorial

Estabeleceu-se a relação entre estas e os objetivos do PDM e que se apresenta na Tabela 2.

Tabela 2 – Relação entre os Objetivos estratégicos do PDM e as Questões Estratégicas definidas pela DGT

Objetivos estratégicos PDM2020	OBJ 1 – Qualificação Urbana	OBJ 2 – COESÃO SOCIAL	OBJ 3 – Valorização do Património	OBJ 4 – (RE)LANÇAR A ECONOMIA	OBJ 5 – Internacionalização.
<b>Questões estratégicas (DGT 2020)</b>					
I. Valorização do capital natural			0	0	
II. Adaptação e resiliência dos territórios	0		0	0	

<sup>3</sup> “Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0”, DGT, 2021, disponível no sítio eletrónico da DGT.

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



III. Mobilidade e acesso a serviços de interesse geral	0	0	0
IV. Ambiente urbano e habitação	0	0	0
V. Atratividade populacional e capital humano	0	0	0
VI. Competitividade, inovação e internacionalização	0	0	0
VII. Conetividade e redes	0	0	0
VIII. Colaboração e governança territorial	0	0	0

### 4.3. SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

O Concelho de Elvas localiza-se no Alto Alentejo, tendo como limite Este/Sudeste o território espanhol.

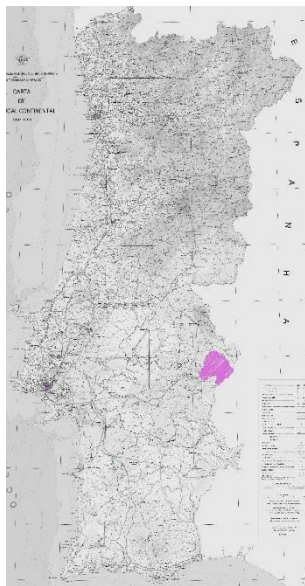


Figura 1 - Mapa de localização do Concelho de Elvas, à escala nacional.



Figura 2 - Mapa de localização do Concelho de Elvas, à escala regional

#### 4.3.1. POPULAÇÃO E POVOAMENTO

A população da Região do Alentejo entrou em declínio nas duas últimas décadas, contribuindo para o despovoamento desta região, tendência que se mantém atualmente com a população das zonas rurais a diminuir e envelhecida, sendo a principal causa a migração da população em idade ativa para o litoral e principais centros urbanos, atualmente o efeito migratório tende a reduzir, assistindo-se a uma redistribuição da população residente na Região assente no crescimento populacional dos centros urbanos regionais mais importantes à custa do despovoamento das áreas rurais.

O Concelho de Elvas situa-se numa posição mediana neste domínio comparativamente com outros concelhos da Região, a previsão aponta para a continuação da regressão demográfica a curto/médio prazo, a inversão desta situação depende da capacidade do Concelho em conseguir fixar a população residente e em atrair população jovem.

O concelho de Elvas registou, nas últimas três décadas, sucessivas retrações populacionais. Entre 1991 e 2021, perdeu, em termos absolutos, 3741 habitantes, ou seja -15,3% da sua população, passando de 24474 para 20.733 habitantes.

No entanto, entre 2001 e 2021, o crescimento urbano tende a se relutar já que apenas associação de freguesias de Assunção e Ajuda Salvador e Santo Ildefonso integradas na malha urbana regista um crescimento muito residual, em torno dos 0,2%, passando a população de 9.046 habitantes para 9.060. Todas as restantes freguesias ou associações de freguesias do concelho de Elvas registam importantes retrocessos demográficos. União de Freguesias de Barbacena e Vila Fernando - 39,8% (de 1331 para 801), Santa Eulália -33,7% (de 1550 para 1028), União de Freguesias de Terrugem e Vila Boim -25,9% (de 2840 para 2105), São Vicente e Ventosa -20,5% (de 921 para 732), Caia e São Pedro -23,8% (de 7060 para 5378) e São Brás e São Lourenço -5,2% (de 1718 para 1629).

A ocupação urbana no Concelho de Elvas resultou num povoamento concentrado em que a estrutura se caracteriza por uma concentração da população residente nos aglomerados de maior dimensão, designadamente na Cidade de Elvas, onde pontualmente o perímetro urbano apresenta expansões recentes mas dispersas.

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA  
RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05  
JANEIRO 2026



(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas)

## 4.3.2. SISTEMA ECONÓMICO E SOCIAL

Assiste-se a um cenário de agravamento demográfico do concelho de Elvas e de coesão territorial concelhia, só possivelmente revertido ou minimizado no quadro das novas oportunidades que se vislumbram para este território de fronteira

O concelho de Elvas registou, nas últimas três décadas, sucessivas retrações populacionais. Entre 1991 e 2021, perdeu, em termos absolutos, 3741 habitantes, ou seja -15.3% da sua população, passando de 24474 para 20.733 habitantes.

Elvas registou uma redução da densidade populacional entre 2011 e 2021, ao passar de 36,6 para 32,9 hab/km<sup>2</sup> o que reflete a tendência de diminuição da população com consequente menor pressão populacional neste território, com uma área de 631,3 km<sup>2</sup>.

A baixa densidade populacional de Elvas resulta das características do povoamento que estes concelhos apresentam, fortemente polarizados em torno de um centro urbano principal e alguns núcleos rurais, sobretudo pela extensa área de abrangência territorial face aos quantitativos populacionais.

Elvas, com 10.180 indivíduos, apresenta uma baixa percentagem de população economicamente ativa no total da população com mais de 16 anos no conjunto de Portugal e do Alentejo (52,8%), o que reflete a contante perda de população que este município vem registando nas últimas três décadas.

Quadro 4-1 – Evolução da população empregada por setor de atividade 2010-2011. Fonte: INE, Censos.

Unidades territoriais	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	5,0	3,1	35,1	26,5	59,9	70,5
Alentejo	12,0	9,4	27,9	22,0	60,1	68,7
Elvas	9,6	8,2	19,7	14,4	70,7	77,4

As atividades económicas do Concelho correspondem ao comércio, serviços, sistemas empresariais e atividade turística e à agricultura. Dos sistemas empresariais destacam-se os ramos dos transportes, armazenagem e comunicações, as atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas e a indústria extrativa, que revelaram os maiores acréscimos.

As transformações ocorridas, nas últimas décadas, na agricultura nacional, e particularmente após a adesão de Portugal à União Europeia, com a aplicação das medidas da PAC, têm tido reflexos claros ao nível do setor agrícola do concelho de Elvas, e no seu ordenamento territorial, com repercussões em vários aspetos tais como: a estrutura fundiária das explorações, ocupação do solo e efetivos pecuários.

À medida que o setor se adequa progressivamente às práticas agrícolas mais modernas, o peso do setor na economia local vem descendo e perde grande parte do protagonismo que tinha ao nível do emprego. O setor agrícola representa 19,4% das empresas, 22% do pessoal ao serviço e apenas 14% do volume de negócios.

Assiste-se a uma retração de 16,5% das explorações em Elvas, já que em 1999 o número de explorações agrícolas ascendia a 935. Uma tendência comum às restantes unidades territoriais em análise, Alentejo (-44,4%) e Portugal (-51,5%).

Em suma, com vista à reposição dos níveis de biodiversidade e adequação aos mercados preconizada pela PAC, assiste-se nos últimos 20 anos, no concelho de Elvas a uma redução da superfície cultivada, sobretudo evidente nos cereais. Aumentam as pastagens permanentes e as culturas forrageiras devido à extensificação da produção pecuária autóctone. Intensifica-se a agricultura em modos de produção

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



integrado. Este setor revela maiores índices de modernidade e inovação apoiado em instituições como a Escola Superior Agrária de Elvas (ESAE) ou Instituto Nacional de Investigação Agrária ou Veterinária – Elvas (INIAV).

Na procura de um desenvolvimento rural multifuncional têm sido desenvolvidos produtos agrários de qualidade com denominação de Origem, que respondam a crescente mercados de qualidade em áreas como os vinhos, azeites, queijos, enchidos, compotas, doces e frutas.

Elvas registou, nas últimas décadas um processo de retração industrial, e de não consolidação de investimentos no setor, patente na retração dos estabelecimentos do sector secundário, entre 2011 e 2018, que embora moderado (-4,3%), recuo de 47 para 45.

Quando analisamos os estabelecimentos do subsector industrial em 2018, constatamos que o subsector dominante ao nível dos estabelecimentos do sector secundário é o da industria alimentar.

De facto, em Elvas, regridem todos os subsectores de atividade industrial, com exceção da indústria do couro e dos produtos do couro que regista um crescimento 150% e a da impressão e reprodução de suportes gravados que registam um incremento de 50%.

Os desafios do setor secundário para a Eurocidade poderão constituir uma oportunidade para responder aos problemas estruturais como a reduzida dimensão empresarial, a baixa qualificação dos recursos humanos, a baixa produtividade e competitividade, os poucos investimentos em novos métodos de trabalho e de organização, bem como em novos processos produtivos, de inovação e (I&D) em ligação com a universidade e estabelecimentos de ensino.

Com a chegada do comboio de mercadorias desde Sines e o desenvolvimento de atividades logísticas em torno da fronteira do Caia.

Uma plataforma que pode ser transfronteiriça e gerida no âmbito de estruturas de governança transfronteiriças, com a afetação a atual plataforma já existente em Badajoz com sua extensão aos terrenos com fins empresariais existentes em Portugal, carecendo de IGT (Instrumento Gestão Territorial) a definir.

A situação do comércio Elvas agravou-se, desde o impacto da integração económica e territorial europeia, e particularmente, ibérica, à retirada do centro histórico de Elvas de equipamentos e serviços âncora na dinamização comercial do centro da cidade (Hospital, Centro de Saúde, Rodoviária Nacional), que reduziram significativamente a capacidade de emprego no centro histórico, ainda hoje não recuperada, à abertura de grandes superfícies comerciais em Badajoz e de média dimensão na periferia da cidade de Elvas, a juntar nos últimos anos o contexto da forte retração económica do país.

Entre 2011 e 2018, Elvas regista uma retração dos estabelecimentos do comércio a retalho de 130 para 108 (-16,9%). No total do comércio esse recuo é de 216 para 195 estabelecimentos

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas)

#### 4.3.3. SISTEMA URBANO, EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

A estrutura urbana concelhia revela uma polarização significativa em torno da cidade de Elvas, expressa pela concentração de população neste aglomerado.

O Solo Urbano evoluiu desde o PDME 1997 para a revisão de 2010 com um aumento de área significativo. O Plano de Urbanização de Elvas (PUE) e consequente alteração por adaptação do PDME, resultou numa redução significativa do perímetro urbano e da área de Solo Urbano no concelho, conforme se pode verificar no Quadro 4-1

O Solo Urbano consagrado pelos perímetros urbanos do PDM, em vigor, envolve uma área total de 1.725,94 hectares, dos quais cerca de 64% correspondem à área do perímetro urbano de Elvas – 1.096,74 hectares.

No contexto da atual revisão e atendendo às orientações dos instrumentos de ordenamento do território de hierarquia superior, haverá que proceder à redefinição destas áreas ajustando-as a uma efectiva vocação urbana no contexto das estruturas urbanas e paisagísticas em que se inserem ou com as quais se relacionam no sentido da sustentabilidade, da mobilidade e da qualidade de paisagem preconizada. Esta

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



deverá ser uma tarefa fundamental a empreender na fase de proposta de delimitação do solo urbano, a desenvolver no âmbito da revisão do Plano.

Com a alteração por adaptação ao PUE a reserva disponível de solo urbano atual – 336,83 hectares – é a correspondente às áreas não comprometidas por loteamentos urbanos nas áreas consagradas como áreas de expansão (os espaços urbanizáveis). Destes 336,83 hectares, 263,46 ha correspondem ao perímetro urbano de Elvas (que inclui os 131 hectares afetos ao Parque de Negócios previsto); o valor remanescente – 73,7 ha – corresponde ao conjunto dos restantes perímetros urbanos.<sup>4</sup>

Na análise da dinâmica do parque habitacional em Elvas importa, desde logo, avaliar a evolução do número de alojamentos. Os resultados dos censos de 2011 e 2021 revelam que o Concelho de Elvas registou um crescimento residual do número de alojamentos (0,5%), passando do número de alojamento de 13348 para 13411, rompendo-se com uma tendência de forte crescimento de décadas anteriores.

Embora muito inferior a décadas anteriores, o crescimento dos alojamentos foi mais evidente no perímetro urbano de Elvas que regista um crescimento dos alojamentos de 1,4/% entre 2011 e 2021, passando de 9476 para 9609.

As freguesias rurais do concelho registam na totalidade uma redução dos alojamentos: Santa Eulália (-1,7%), São Vicente e Ventosa (-0,2%), União das freguesias de Barbacena e Vila Fernando (-4,1%) e União das freguesias de Terrugem e Vila Boim (-1,2%).

No concelho de Elvas 66,3% dos alojamentos são de residências habitual, particularmente, e dada a dinâmica demográfica das últimas décadas, nas freguesias urbanas de Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso (63,3%), Caia, São Pedro e Alcáçova (71,2%) e São Brás e São Lourenço (69,9%). Valores acima do Alentejo (63,7%) e Portugal (68,1%).

A residência secundária representa 17,1% do total dos alojamentos clássicos no concelho de Elvas. Tal como para a residencial habitual, embora de forma mais acentuada regista-se uma regressão destes alojamentos (-7,3%) entre 2011 e 2021, passando de 2282 para 2116.

A idade do parque habitacional demonstra-nos o ritmo da urbanização e a dinâmica construtiva.

O maior crescimento do número de fogos construídos dá-se no período entre 1961 e 2000, 46,0% do total do concelho de Elvas, contudo abaixo do Alentejo (51%) e de Portugal (59,0).

Apenas 1,4% dos edifícios do concelho de Elvas são do período 2011-2021, um valor inferior ao do Alentejo (2,1%) e Portugal (3,1%), o que traduz o impacto da crise económica e financeira iniciada em 2008 e concomitantemente o fenómeno de acentuada migração de população jovem para o litoral e para o estrangeiro, com consequente perda de talento.

Os edifícios mais antigos no período 1919-45 encontram-se nas freguesias urbanas da cidade de Elvas: Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso (26,2%) e Caia, São Pedro e Alcáçova (22,2%).

Quadro 4-2 – : Edifícios por época de construção, 2021. Fonte: INE, Censos (Adaptação/Elaboração própria)

Unidades territoriais		Total	Antes 1919	1919 - 1945	1946 - 1960	1961 - 1980	1981 - 2000	2001 - 2010	2011 - 2021
Elvas	Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso	2252,0	5,3	26,2	9,2	19,8	23,4	14,4	1,7
	Caia, São Pedro e Alcáçova	2442,0	3,6	22,2	20,8	31,3	12,6	8,8	0,6
	São Brás e São Lourenço	836,0	9,1	13,9	9,8	15,0	33,5	13,6	5,1
	Total	5530,0	6,0	20,8	13,3	22,0	23,2	12,3	2,5
Santa Eulália		817,0	0,7	13,6	35,4	39,4	4,8	5,5	0,6
São Vicente e Ventosa		493,0	2,0	5,9	29,0	22,1	17,6	21,5	1,8
União das freguesias de Barbacena e Vila Fernando		824,0	15,7	8,4	15,0	30,8	20,1	9,5	0,5
União das freguesias de Terrugem e Vila Boim		1627,0	3,0	20,4	8,8	16,0	34,9	16,0	0,9

Em termos de equipamentos sociais no concelho de Elvas a resposta social de Estabelecimento Pré-Escolar apresenta um total de 30 equipamentos (públicos e privados), Creche um total de 9 equipamentos, quatro escolas com o 2º e 3º ciclos; uma Escola Secundária; uma Escola Superior Agrária; uma Academia de Música. Na área da População Adulta, nomeadamente Pessoas idosas, a resposta social de

<sup>4</sup> Dados do Plano de Urbanização de Elvas

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AValiação Ambiental Estratégica

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



Estrutura Residencial para Pessoas Idosas apresenta um total de 12 equipamentos, Centro de Dia tem um total de 8 equipamentos e o Serviço de Apoio Domiciliário é prestado em 8 equipamentos. Referir ainda Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (Deficiência), que integra um lar/residência.

A carta educativa do Concelho refere que alguns estabelecimentos de ensino necessitam de intervenções de conservação e melhoramento, para que possam ficar adaptadas às novas necessidades do ensino. Os Jardins-de-infância e as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico têm vindo a sofrer algumas intervenções de conservação e melhoramento da responsabilidade da Autarquia, estando as Escolas do 1º Ciclo todas totalmente remodeladas. Ao nível das escolas de 2º e 3º ciclo salienta-se a intervenção na Escola de Sta. Luzia.

No domínio das infraestruturas de saneamento básico e no âmbito ambiental, o concelho de Elvas apresenta-se relativamente bem posicionado no contexto regional, designadamente no que respeita à percentagem de população servida com água e com sistemas de drenagem de águas residuais e do tratamento dos efluentes por ETAR.

O sistema de abastecimento de água dito em alta, do município de Elvas, é atualmente assegurado pela AdVT – Águas do Vale do Tejo S.A, concessionária do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte Alentejano.

O quadro de realizações a implementar no futuro no âmbito do abastecimento de água “em alta” e do tratamento de águas residuais (emissários e ETAR's) – o que falta fazer e o que se vier a equacionar no âmbito da revisão do PDM – será desenvolvido no âmbito de intervenção desta empresa.

O sistema de abastecimento de água em baixa consiste no transporte da mesma desde o ponto de entrega do sistema em alta, geralmente dos reservatórios de distribuição/ regularização, até aos ramais domiciliários dos utilizadores, sendo o sistema constituído por estações elevatórias, eventuais estações hidrocompressoras e redes de distribuição de água.

O serviço de abastecimento de água em baixa do Concelho de Elvas foi gerido pelo município até Maio de 2009, tendo nessa data o sistema de distribuição sido concessionado a uma empresa privada designada por Aquaelvas, Águas de Elvas, S.A. por um período de 30 anos.

O sistema de tratamento de águas residuais da cidade de Elvas, mais concretamente o tratamento de todos os afluentes produzidos pelo sistema de coletores da cidade e bairros adjacentes é garantido por uma ETAR – estação de tratamento de águas residuais explorada pela AdVT, persistindo alguns pequenos aglomerados com tratamento por fossa séptica, cuja localização e dimensão não permite nem justifica o transporte de efluentes para a ETAR, como é o caso de Aldeia da Cruz, Calçadinha, Varche e Vedor. Verifica-se a existência de uma povoação, Aldeia do Pombal cujo efluente é descarregado diretamente para uma linha de água<sup>5</sup>.

A rede de coletores é gerida nas mesmas condições da rede de abastecimento de água, pelo concessionário de água em baixa, Aquaelvas. A Aquaelvas gere e mantém as instalações da rede de saneamento de águas residuais, tendo o dever de intervir desde a caixa de ramal situada na via pública até ao início dos emissários que transportam depois o efluente até às ETARS.

O Sistema de Resíduos Sólidos é atualmente gerido pela empresa VALNOR – é o Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano –, apoiado no Aterro Sanitário Intermunicipal de Portalegre e na Estação de Transferência de Campo Maior.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas)

#### **Eurocidade Badajoz, Elvas e Campo Maior - EuroBEC.**

*Com a eliminação das fronteiras, o acordo de Schengen e novas políticas de cooperação transfronteiriça na União Europeia, assiste-se a um aumento da livre circulação de pessoas e mercadorias entre centros urbanos fronteiriços.*

*Neste âmbito, reforçam-se as relações quotidianas entre Badajoz, Elvas e Campo Maior, em áreas como comércio, a restauração, bens e serviços, relações familiares, eventos festivos e de ócio.*

<sup>5</sup> In Plano de Urbanização de Elvas. Relatório – 03 Análise Urbanística 04 Infraestruturas, Junho 2015

*No entanto, a EUROBEC detém menores índices de integração e cooperação territorial que outras fronteiras da Europa, patente na reduzida mobilidade laboral transfronteiriça, fundamental para a consolidação da eurocidade, a par da função residencial.*

*Uma fronteira com menos índices de integração e marcada pela ausência de projetos de cooperação em áreas prioritárias como as relações económicas, os investimentos empresariais, o comércio, o turismo, a cultura, o desporto, a educação, as diferenças linguísticas, a I@D, a saúde, os serviços e equipamentos (com a duplicação das políticas urbanas e de infraestruturas), os transportes, o desemprego e mobilidade laboral, as barreiras administrativas, legais e fiscais e as estruturas de governação.*

*Uma parte dos residentes não conhece ou conhece medianamente os centros urbanos vizinhos da eurocidade e nem as principais funções da estrutura de governação corporizada com a EUROBEC.*

*Tanto mais, quando é fundamental a constituição de redes de complementaridade entre os pequenas e médios centros urbanos da EUROBEC, que potencializem as especificidades funcionais de cada um, eliminando duplicidades, na consecução de projetos e investimentos estruturantes e na consolidação de fluxos económicos e sociais, que assegurem um desenvolvimento mais sustentado e resiliente deste território de fronteira.*

*Cooperação transfronteiriça que deverá envolver instituições públicas e privadas, a sociedade civil, as organizações não-governamentais (ONG's) da EUROBEC, bem como organizações regionais e supranacionais comunitárias, e ser aprofundada e agilizada através do desenvolvimento de estruturas governação europeias, como o Agrupamento Europeu de Cooperação territorial (AECT).*

*Ações que podem dotar de uma nova centralidade a EUROBEC, um território, que se encontra num dos grandes eixos transeuropeus de transporte ferroviário multimodal e logístico de mercadorias, e que pode potencializar a alocação de novos investimentos num contexto de maior inovação, e a mobilidade laboral, bem como amenizar os prejuízos que podem resultar do grande protagonismo funcional e territorial de Badajoz, que pode comprometer a complementaridade dentro de um modelo policêntrico entre os centros urbanos da EUROBEC. (GARRINHAS JOÃO, PÉREZ-PINTOR JOSÉ-MANUEL, RUBIO IGNACIO, MARÇO 2022)<sup>6</sup>*

#### 4.3.4. PAISAGEM, VALORES NATURAIS E PATRIMÓNIO

Relativamente às principais características biofísicas, e de acordo com a caracterização efetuada no PDME em vigor, destaca-se:

O concelho de Elvas tem duas áreas distintas em termos orográficos: estendendo-se de nascente para norte, ao longo das principais linhas de água – rio Guadiana e rio Caia – uma extensa planície de solos férteis, com cotas que variam entre os 150 e os 300 metros de altitude; a restante área do Concelho forma um planalto que se eleva praticamente aos 500 metros de altitude (496, no marco geodésico de Vila Boim).

São de assinalar entre as linhas de água em presença, o rio Guadiana, que constitui o seu limite sueste, e o rio Caia, afluente do primeiro, à semelhança de todas as outras ribeiras do Concelho:

O lençol freático nesta região encontra-se a grande profundidade, o que justifica o reduzido número de fontes e poços.

Na zona planáltica existe uma clara separação de águas, que correm para norte ou para sul, confluindo as primeiras no Caia e as segundas diretamente no Guadiana. Trata-se da área onde surgem os mais importantes pontos de distribuição do Concelho, na confluência das principais linhas de fecho.

A própria cidade de Elvas está localizada sobre um fecho de alguma importância que se desenvolve de poente para nascente.

O concelho de Elvas está intimamente ligado aos povoamentos de sobreiro, azinheira e extensos olivais.

<sup>6</sup> “Dinâmica territorial e funcional na EUROBEC”. (Garrinhas João, Pérez-Pintor José-Manuel, Rubio Ignacio, março 2022)

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



A relativa homogeneidade do relevo e das condições edafo-climáticas reflete-se no coberto vegetal e nas comunidades animais associadas; os montados de sobre e azinho foram alvo ao longo dos tempos da ação continuada do homem, transformando a floresta primitiva num parque com constantes movimentações de terras, arroteamento de árvores e sub-bosque. O resultado é o aumento do índice de diversidade das comunidades de aves que encontram uma multiplicidade de nichos ecológicos. Esta variedade de situações é amplamente aproveitada pela herptofauna e comunidades mamalógicas.

O Homem ao intervir no coberto vegetal modificou a paisagem e criou um tipo de biótopos, que hoje se encontram ameaçados pelo abandono das terras e práticas agrícolas intensivas.

Como valores naturais surgem no Concelho espécies animais, vegetais e habitats que contribuem para a biodiversidade e riqueza natural, refletida nas paisagens características da região, cerca de 50% do território concelhio encontra-se abrangido pela Rede Natura 2000, com áreas das Zonas Especiais de Conservação do Caia, do Guadiana-Juromenha e de S. Mamede, três classificadas como Zonas de Proteção Especial e quatro como Important Bird Areas, nomeadamente, a ZPE de Vila Fernando, a ZPE de S.Vicente, a ZPE de Torre de Bolsa, a IBA da Albufeira do Caia, IBA do Vila Fernando/Veiros, IBA de São Vicente e IBA de Torre da Bolsa. As ZPE 's classificadas destacam-se pela diversidade da presença de populações de espécies de aves estepárias e aquáticas ameaçadas, com importância para a sua conservação no contexto nacional. Os montados de azinho de elevada qualidade e das florestas-galerias ribeirinhas são os principais sistemas que contribuem para a ocorrência de habitats naturais com interesse para a conservação.

O património arquitetónico e arqueológico do Concelho testemunha um conjunto de estabelecimentos humanos muito diferenciados no tempo e no espaço, expressão construída da relação do Homem com o Território.

A 30 de Junho de 2012 Elvas recebeu a classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, por albergar o maior conjunto na tipologia de fortificações abaluartadas terrestres do mundo

A nível nacional o Património classificado do Concelho pode ser subdividido nas seguintes situações distintas:

- Imóveis classificados;
- Zonas especiais de proteção;
- Imóveis em vias de classificação;
- Património arqueológico, correspondendo a igrejas, castelos, pontes, antas, pelourinhos, ao aqueduto, à muralha e ao forte.

Por outro lado, destacam-se também montes e quintas, enquanto conjunto arquitetónico de produção e recreio, entre a riqueza patrimonial do Concelho.

A evolução da organização social, o desenvolvimento tecnológico e as situações económicas e políticas conjunturais determinaram, no decurso do tempo, o crescimento ou a degradação de alguns edifícios isolados, cujos suportes funcionais originais deixaram de fazer sentido, com as sucessivas alterações dos paradigmas culturais e fundamentos económicos que lhes serviram de pretexto.

(Fonte: Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Elvas)

Na 1ª revisão do PDM de Elvas a paisagem foi assumida pelo município que integrou o estudo da paisagem no conteúdo material e documental do plano. O regime jurídico dos instrumentos de gestão do território define apenas no conteúdo documental dos Planos Regionais de Ordenamento do território “a definição de unidades de paisagem” (alínea b) do ponto 1 do artigo 55º), não incluída a mesma orientação para o Planos Diretores Municipais. Em 2011 a DGOTDU, desenvolveu um documento de “Orientações para a implementação da Convenção Europeia da Paisagem (CEP) no âmbito municipal”, que vem ao encontro de um anseio antigo dos pensadores do ordenamento do território.

Este deve ser o ponto de não retorno para sensibilizar os técnicos e os decisores políticos municipais para a importância da gestão e ordenamento da paisagem na promoção da qualidade de vida das pessoas e do desenvolvimento sustentável dos seus territórios, fornecendo-lhes simultaneamente bases doutrinárias e orientações metodológicas e técnicas para uma abordagem integrada dos temas da paisagem na gestão territorial do município.

Assim e porque o PDME nesse sentido vai integrar a paisagem e os objetivos de qualidade de paisagem na matriz de ordenamento, a avaliação ambiental estratégica irá reforçar a avaliação deste fator decisivo para a decisão.

#### 4.4. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO AMBIENTAL

O relatório ambiental deve incluir, de acordo com o Decreto-lei 232/2007 de 15 de Junho, Artigo 6.º, n.º1, a), “Uma descrição geral do conteúdo, dos objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes”.

No sentido de dar cumprimento a esta disposição, foram analisados os objetivos e metas estabelecidos pelos planos de carácter estruturante ou programático considerados relevantes, com incidência no território municipal.

Para cada FCD atrás definido, são indicados, no quadro seguinte os planos ou programas pertinentes, a nível nacional. Uma vez que estes instrumentos refletem já os objetivos e orientações estabelecidos a nível comunitário.

Tabela 3 - Quadro de Referência Estratégico Ambiental.

QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO					
	BIODIVERSIDADE	QUALIDADE AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS	RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	Ocupação e Gestão do Território	PATRIMÓNIO E PAISAGEM
<b>Âmbito nacional:</b>						
<b>Agenda 2030</b> para o Desenvolvimento Sustentável. Resolução adotada a 25 de setembro de 2015.	X					
<b>Estratégia Portugal 2030</b> - aprovada na reunião do Conselho de Ministros de 29 de outubro de 2020, Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, 13 de novembro de 2020.		X				
<b>ENAAAC 2020</b> - Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, RCM n.º 56/2015, de 30 de julho e prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela RCM n.º 53/2020, de 10 julho 2020.		X	X	X		
<b>EAAAFAC</b> - Estratégia de Adaptação da Agricultura e Florestas às Alterações Climáticas, ( <a href="https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Adapta%C3%A7%C3%A3o/Relat_Setor_ENAAC_Agricultura.pdf">https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Adapta%C3%A7%C3%A3o/Relat_Setor_ENAAC_Agricultura.pdf</a> ) 2013		X				
<b>ENAR</b> - Estratégia Nacional para o Ar 2020, RCM n.º 46/2016, de 26 de agosto;		X	X	X		
<b>ENMAP</b> - Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal 2030. RCM n.º 67/2023 de 7-7-2023.		X			X	
<b>ENMAC 2020- 2030</b> - Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030. RCM n.º 131/2019 de 2019-08-02		X			X	
<b>ET27</b> - Estratégia para o Turismo 2027 publicada em Diário da República através da RCM n.º 134/2017, de 27 de setembro				X		
<b>Lei de Bases do Clima</b> (Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro)		X				
<b>PERNU</b> - Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos. RCM n.º 127/2023, de 18 de outubro.		X				
<b>PERSU 2030</b> - Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2030, publicado pela RCM n.º 30/2023, de 24 de março.		X	X	X		
<b>PFN</b> - Plano Ferroviário Nacional (Versão 0.2 15-11-2022)					X	
<b>PNA</b> - Plano Nacional da Água, DL n.º 76/2016, de 9 de novembro	X	X				
<b>PNGR 2030</b> - Plano Nacional de Gestão de Resíduos. RCM n.º 31/2023, de 24 de março.		X				
<b>PNPOT</b> - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro. Diário da República n.º 170/2019.	X	X		X	X	X
<b>PSRN 2000</b> - Plano Sectorial da Rede Natura 2000. RCM 115- A/2008, 21-07-2008.	X					

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA	FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO					
	BIODIVERSIDADE	QUALIDADE AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS	RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS	COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	OCUPAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	PATRIMÓNIO E PAISAGEM
<b>PNA</b> – Plano Nacional da Água, Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro.						
<b>PNI 2030</b> – Programa Nacional de Investimentos 2030. RCM n.º 192/2023 26-12-2023.					X	
<b>P-3AC</b> – Programa de Ação para a Adaptação as Alterações Climáticas, RCM n.º 130/2019 de 2 de agosto		X	X	X		
<b>PNEC 2030</b> – Plano Nacional Energia e Clima 2030, RCM n.º 53/2020, de 10 de julho;		X	X	X		
<b>Portugal 2020</b> – ACORDO DE PARCERIA 2014-2020 JULHO DE 2014.		X				
<b>PVI</b> – Programa de Valorização do Interior, Programa + CO3SO Capital Natural. Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro.			X		X	
<b>PTP</b> – Programa de Transformação da Paisagem. RCM n.º 49/2020, de 2020-06-24.						X
<b>RNC2050</b> – Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, RCM n.º 107/2019, de 1 de julho		X	X	X		
<b>Âmbito regional:</b>						
<b>PGRH7</b> – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Guadiana (RH7). RCM n.º 62/2024, de 3 de abril.	X	X			X	
<b>PGRH5</b> – Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e ribeiras do oeste (RH5). RCM n.º 62/2024, de 3 de abril	X	X			X	
<b>PG ZEC São Mamede</b> – Portaria n.º 128-B/2025/1, de 24 de março	X					
<b>POA Alqueva</b> – Plano de Ordenamento da Albufeira do Alqueva. RCM 94/2006, 04-08-2006	X	X	X			
<b>POA Caia</b> – Plano de Ordenamento da Albufeira do Caia. DESP.CONJ. (SEALOT/SERN, 13-07-1993	X	X	X			
<b>PORA</b> – Programa Operacional da Região do Alentejo. Decisão de Execução da Comissão Europeia N.º C(2014) 10163, de 18-12-2014, alterada pela Decisão de Execução C(2017) 7190 de 24-10-2017 e pela Decisão C(2018) 8482 de 05-12-2018. ( <a href="http://www.alentejo.portugal2020.pt/phocadownload/Documentacao/Programa/PORALENTEJO_dez18.pdf">http://www.alentejo.portugal2020.pt/phocadownload/Documentacao/Programa/PORALENTEJO_dez18.pdf</a> )		X		X		
<b>PROT A</b> – Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo. DECL RECT 30- A/2010, 01-10-2010.				X	X	X
<b>PROF ALT</b> – Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo. PORT 54/2019, 11-02-2019.	X	X	X	X	X	X

## 4.5. DEFINIÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE

A legislação estabelece os fatores ambientais (questões ambientais e de sustentabilidade) que devem ser analisadas dependendo da sua relevância para o concelho, (Decreto-Lei 232/2007, Artigo 6º, n.º1 e)).

Os fatores referidos no Decreto-Lei 232/2007, são “a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o arquitetónico e o arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados”.

Tabela 4 – Relação entre os Fatores Ambientais estabelecidos na legislação nacional, (QAS) e os Objetivos estratégicos do PDM

Objetivos estratégicos (PDM2020)	OBJ 1 – QUALIFICAÇÃO URBANA	OBJ 2 – COESÃO SOCIAL	OBJ 3 – VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO	OBJ 4 – (RE)LANÇAR A ECONOMIA	OBJ 5 – INTERNACIONALIZAÇÃO.	OBJ 6 – PARTICIPAÇÃO E GOVERNAÇÃO
<b>Fatores Ambientais estabelecidos na legislação nacional</b>						
Água	0		0	0		
Atmosfera	0		0			
Bens materiais	0	0	0	0	0	0
Biodiversidade			0	0		
<b>Factores climáticos</b>						
fauna			0			
flora			0			
Paisagem			0	0		0
Património cultural, incluindo o património arquitectónico e arqueológico	0		0	0		0
População	0	0		0	0	0
Saúde humana	0	0		0	0	0
Solo	0	0		0	0	

## 5. DEFINIÇÃO DE FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

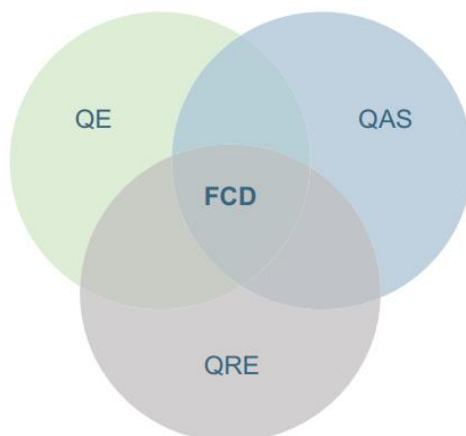
Na definição dos Fatores Críticos para a decisão (FCD), teve-se por base a metodologia desenvolvida por Maria do Rosário Partidário em “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”<sup>7</sup> para a Agência Portuguesa do Ambiente em 2008, revisto e atualizado pela autora em 2012, onde define:

**Fatores Críticos para a Decisão (FCD)** – Temas fundamentais integrados vistos como fatores de sucesso numa decisão estratégica e sobre os quais a AAE se deve debruçar. Os FCD agem como janelas de observação destinadas a focar a atenção nas questões estratégicas de ambiente e sustentabilidade relevantes na avaliação. Os FCD materializam o conceito de definição de âmbito ao nível da avaliação estratégica e satisfazem os requisitos legais europeus sobre a pormenorização da informação a ser considerada no relatório ambiental. Os FCD estabelecem o quadro da avaliação na AAE, fornecendo orientação para a análise de tendências, através dos estudos técnicos que necessitam de ser realizados, um quadro para a avaliação das opções estratégicas em termos de oportunidades e riscos, e ainda uma estrutura para a apresentação de resultados. Os FCD são identificados principalmente através de observações e diálogo com os agentes relevantes, considerando múltiplas perspetivas e motivos de preocupação. Deve ser efetuado um esforço de síntese na identificação dos FCD, de forma a serem holísticos e focados. Os FCD devem ser designados por uma palavra-chave que expresse o seu significado integrado e o seu número não deve exceder sete, sendo ideal entre três e cinco, para assegurar o foco estratégico.

As **questões estratégicas** (QE) relacionadas com o objeto da avaliação, (objetivos do plano), as **questões de ambiente e sustentabilidade** (QAS), (fatores ambientais definidos na legislação), assim como as orientações macropolíticas no **quadro de referência estratégico** (QRE) constituem os elementos fundamentais no mapeamento das prioridades.

<sup>7</sup> “Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica”, Maria do Rosário Partidário. Agência Portuguesa do Ambiente. 2008.

Diagrama 2— Os FCD resultam da integração das QE, das QAS e do QRE



Fonte: "Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica"

O quadro de avaliação dos FCD inclui os FCD, os critérios de avaliação e os indicadores.... Como referido, os critérios de avaliação pormenorizam os FCD e os indicadores são métricas para a avaliação. Os FCD asseguram o enfoque técnico na AAE e fornecem a estrutura para a avaliação. Os FCD são grupos temáticos relevantes, integrados e orientados para a sustentabilidade.

Tendo como base as Questões Ambientais e de Sustentabilidade, (QAS), os objetivos do PDM, (QE) e o Quadro de referência estratégico (QRE) apresentam-se como resultado final um conjunto de fatores representativos dos principais Fatores Críticos para a Decisão para a realização da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM.

Tabela 5 – Relação entre os Fatores Ambientais estabelecidos na legislação nacional, (QAS) e os Fatores Críticos para a Decisão

QUESTÕES AMBIENTAIS ESTABELECIDAS NA LEGISLAÇÃO NACIONAL	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO
Biodiversidade	Biodiversidade
População	Coesão Social e Desenvolvimento Local
Saúde Humana	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
Fauna	Biodiversidade
Flora	Biodiversidade
Solo	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
	Riscos Naturais e Tecnológicos
	Ocupação e Gestão do Território
Água	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
	Riscos Naturais e Tecnológicos
Atmosfera	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
	Riscos Naturais e Tecnológicos
Factores climáticos	Qualidade Ambiental e Recursos Naturais
	Riscos Naturais e Tecnológicos

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA  
RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05  
JANEIRO 2026



QUESTÕES AMBIENTAIS ESTABELECIDOS NA LEGISLAÇÃO NACIONAL	FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO
Bens Materiais	Coesão Social e Desenvolvimento Local
	Ocupação e Gestão do Território
Património Cultural	Património e Paisagem
Paisagem	Património e Paisagem
	Ocupação e Gestão do Território.

Cada Fator Ambiental proposto na legislação nacional pode integrar mais do que um Fator Ambiental definido para a Avaliação Ambiental. Apresenta-se como exemplo o Fator – Solo que surge integrado em três fatores definidos para a Avaliação: Qualidade Ambiental e Recursos Naturais, Riscos Naturais e Tecnológicos e Ocupação e Gestão do Território. No Fator Qualidade Ambiental e Recursos Naturais, o Solo é abordado enquanto recurso natural fundamental para a vida humana, enquanto meio para a produção de alimentos; no Fator Riscos Naturais e Tecnológicos, o Solo é abordado enquanto sistema natural exposto a riscos, como a erosão; no Fator Ocupação e Gestão do Território, o Solo é abordado enquanto meio de suporte para a atividade humana.

Por outro lado, vários fatores ambientais propostos na legislação foram sintetizados num só fator utilizado para a Avaliação Ambiental, como é o caso da Biodiversidade que integra, a Biodiversidade, a Fauna e a Flora.

Identificaram-se assim os seguintes Fatores Críticos para a Decisão (FCD) e respetivos critérios de avaliação:

- **Biodiversidade**

Visa avaliar a capacidade do Plano contribuir para a promoção da biodiversidade ou para a redução desta, através da determinação dos eventuais riscos ou potencialidades, em termos de fauna e flora.

- **Qualidade Ambiental e Recursos Naturais**

Este fator visa avaliar os riscos ou oportunidades originadas pelo Plano relativamente à qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade da água, do solo e da atmosfera, bem como o seu contributo para uma utilização sustentável dos recursos existentes.

- **Riscos Naturais e Tecnológicos**

Pretende-se avaliar se o Plano contribui para a minimização dos riscos naturais e tecnológicos, designadamente, erosão, cheias, incêndios, contaminação da água e do solo.

- **Coesão Social e Desenvolvimento Local**

Com este factor propõe-se avaliar a capacidade do plano promover uma evolução demográfica positiva e uma melhoria da qualidade de vida, associada a um desenvolvimento local sustentável e aumento da competitividade do território.

- **Ocupação e Gestão do Território**

Pretende-se avaliar os efeitos do Plano sobre o ordenamento do território, atendendo aos diferentes usos e aptidões do solo, ao tipo de ocupação dominante.

- **Património e Paisagem**

Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos, incluindo os culturais, arquitetónicos e arqueológicos.

## 6. QUADRO DE AVALIAÇÃO - MEDIDAS DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Neste sentido, de acordo com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, as entidades responsáveis pela elaboração de Planos devem avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo.

Estas medidas, integradas no que se optou por designar Fase de Avaliação e Controlo, podem ser definidas como atividades de seguimento da AAE, monitorização da implementação do PDM e correspondem essencialmente a indicadores de avaliação, associados aos FCD identificados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica, que serão remetidos pela Câmara Municipal numa periodicidade anual à Agência Portuguesa do Ambiente, procedendo simultaneamente à sua divulgação por meios eletrónicos. **Os indicadores selecionados para o controlo e monitorização da AAE constituem o Quadro de Avaliação, são os seguintes:**

Tabela 6 – Indicadores de monitorização ou seguimento para o PDME

FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	CRITÉRIOS	PARÂMETROS E INDICADORES	Unidades de medição	valor ref. <sup>a</sup>	data	Fontes	metas	periodicidade
BIODIVERSIDADE. Visa avaliar a capacidade do Plano contribuir para a promoção da biodiversidade ou para a redução desta, através da determinação dos eventuais riscos ou potencialidades, em termos de fauna e flora	Áreas e Espécies Protegidas	Áreas com estatuto de Proteção, nomeadamente Sítios da Rede Natura 2000 e Zonas de Proteção Especial	ha	23252	2020	ICNF	Manter	revisão PDM
		Área de habitats naturais e espécies de fauna e flora com interesse para a conservação;	ha	2217	2024	ICNF	Manter	revisão PDM
		Cobertura florestal com espécies com regime de proteção no concelho (% do concelho)	%	41	2018	COS	Aumentar	revisão PDM
	Áreas de continuidade da Rede Fundamental de conservação da Natureza	Espaços Naturais e Paisagísticos (% do concelho)	%	6	2025	CME	Manter	revisão PDM
		Estrutura Ecológica Municipal (% do concelho)	%	62	2025	CME	Manter	revisão PDM
QUALIDADE AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS. Este fator visa avaliar os riscos ou oportunidades originadas pelo Plano relativamente à qualidade ambiental, nomeadamente no que diz respeito à qualidade da água, do solo e da atmosfera, bem como o seu contributo para uma utilização sustentável dos recursos existentes	Recolha e tratamento de resíduos urbanos (RU)	Proporção dos resíduos urbanos recolhidos seletivamente	%	14	2023	INE	Aumentar	revisão PDM
	Valorização dos recursos edáficos	Área de Reserva agrícola Nacional	ha	21295	2025	CME	Manter	revisão PDM
	Valorização dos recursos hídricos	Volume de água na albufeira de abastecimento público (albufeira do Caia)	hm3	43146	2018-2019	APA	Manter	revisão PDM
	Recursos energéticos	N.º de Processos – Centrais Fotovoltaicas	nº	13	2021	CME	Aumentar	revisão PDM
RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS. Pretende-se avaliar se o Plano contribui para a minimização dos riscos naturais e tecnológicos, designadamente, erosão, cheias, incêndios, contaminação da água e do solo.	Risco de Incêndio	Área de ocorrência de Incêndios rurais	ha	1034	2013-2022	PMEPC	Reduzir	revisão PDM
		Número de Locais críticos	nº	10	2024	PMEPC	Reduzir	revisão PDM
	Risco de cheia	Áreas de risco de cheia em linhas de água em perímetros urbanos.	ha	58	2024	CME	Reduzir	revisão PDM

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AValiação AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	CRITÉRIOS	PARÂMETROS E INDICADORES	Unidades de medição	valor ref. <sup>a</sup>	data	Fontes	metas	periodicidade
COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL. Com este factor propõe-se avaliar a capacidade do plano promover uma evolução demográfica positiva e uma melhoria da qualidade de vida, associada a um desenvolvimento local sustentável e aumento da competitividade do território.	Dinâmica populacional	População residente e evolução da população residente (n.º de habitantes e %)	nº	20412	2023	INE	Aumentar	revisão PDM
		Índice de envelhecimento.	nº	182,40	2023	INE	Reduzir	revisão PDM
		Índice de renovação da população em idade activa	nº	68	2023	INE	Aumentar	revisão PDM
	Atividade Empresarial	Número de Empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2017;	nº	2624	2022	INE	Aumentar	revisão PDM
		Volume de negócios das empresas por município da sede, segundo a CAE-Rev.3, 2017;	€	494113191	2022	INE	Aumentar	revisão PDM
	Potencial turístico	Número de dormidas. <sup>8</sup>	nº	128601	2023	INE	Aumentar	revisão PDM
		Estadia média em unidades hoteleiras (dias) <sup>9</sup>	nº	1,60	2023	INE	Aumentar	revisão PDM
		Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos	n.º camas/utentes	1478	2025	RNET4/ SIGTUR5	Aumentar	revisão PDM
		Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local	n.º utentes	1043	2025	RNAL6/ SIGTUR	Aumentar	revisão PDM
OCUPAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO. Pretende-se avaliar os efeitos do Plano sobre o ordenamento do território, atendendo aos diferentes usos e aptidões do solo, ao tipo de ocupação dominante.	Ocupação e uso do Solo Rústico	Superfície Agrícola Utilizada (SAU)	ha	54318	2019	INE	Aumentar	revisão PDM
	Ordenamento do Solo Urbano	Área Solo Urbano	ha	1517	2025	CME	Manter	revisão PDM
	Dinâmicas de urbanização e edificação/reabilitação	Taxa de ocupação dos Perímetros Urbanos (%)	%	25	2025	CME	Aumentar	revisão PDM
PATRIMÓNIO E PAISAGEM. Visa avaliar em que medida o Plano contribui para a preservação dos valores patrimoniais e paisagísticos, incluindo os culturais, arquitetónicos e arqueológicos.	Património Arquitetónico e Arqueológico	Identificação do Património classificado – n.º	nº	43	2024	PC	Aumentar	revisão PDM
		Ações de reabilitação/valorização de património arquitetónico e arqueológico. (n.º)	nº			CME	Aumentar	revisão PDM
	Paisagem, evolução dos valores de paisagem identificados no PDM	Área da sub-Unidade de Paisagem que se mantêm integra aos critérios de delimitação	ha	8559	2024	CME	Manter	revisão PDM

<sup>8</sup> O n.º de dormidas deve ser reportados às várias tipologias de empreendimentos turísticos bem como aos estabelecimentos de alojamento local

<sup>9</sup> O n.º de estadia média) deve ser reportados às várias tipologias de empreendimentos turísticos bem como aos estabelecimentos de alojamento local.

## 7. QUADRO DE GOVERNANÇA

De acordo com PARTIDÁRIO (2012), o quadro de governança corresponde à criação de uma rede interrelacionada de instituições e organizações, governamentais e não-governamentais, incluindo painéis de cidadãos ou de outras formas de organização deliberativas de cidadão.

Apresenta-se um quadro de governança, identificando as entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades específicas, são suscetíveis de interessar os efeitos resultantes da aplicação do PDME e/ou têm participação direta ou indireta na operacionalização, monitorização e gestão das apostas estratégicas previstas no plano.

A estrutura para a Governança encontra-se organizada em três níveis:

- Nível 1 – que corresponde à Câmara Municipal, cujas funções se prendem com a coordenação, implementação, monitorização e avaliação do PDME.
- Nível 2 – que corresponde a entidades regionais e centrais sectoriais envolvidas também no processo de elaboração do PDME, através da Comissão Consultiva.
- Nível 3 – que corresponde às entidades privadas com interesse no concelho de Beja, bem como à sociedade civil, que deverão acompanhar a implementação do PDME

Tabela 7 – Quadro de governança do PDME

ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Nível 1 da Estrutura de Governança	
Câmara Municipal	Implementar e executar as propostas do Programa de Execução da sua responsabilidade e orientar o planeamento do município com base no regulamento e respetivas plantas. Articular as ações de planeamento e gestão municipal com as estratégias regionais. Dinamizar o diálogo e a cooperação institucional a diferentes escalas de planeamento. Monitorizar a execução do PDM. Sensibilizar as populações locais para as orientações do PDM e as suas regulamentações
Nível 2 da Estrutura de Governança	
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)	Apoiar a Câmara Municipal na implementação do PDM e no licenciamento de habitação, equipamentos, infraestruturas e novas atividades económicas.
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Monitorizar as medidas de controlo. Manter atualizados os diagnósticos e as respetivas metas e objetivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Acompanhar a gestão do PSRN2000. Implementar as medidas previstas nos documentos do PDM cuja responsabilidade lhe é atribuída em matéria de gestão da conservação da natureza. Acompanhar a implementação do Plano Regional de Ordenamento Florestal e do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Entidade com responsabilidades no domínio da Agricultura, DRA	Assegurar a preservação da Reserva Agrícola Nacional. Promover a atividade agrícola e desenvolvimento rural. Acompanhar o desenvolvimento da operação do Aproveitamento Hidroagrícola do Caia.
Entidade com responsabilidades no domínio do Património Cultural, PC	Assegurar a preservação do Património Cultural classificado. Manter atualizadas as listagens dos Sítios Arqueológicos registados. Manter atualizadas as políticas de preservação do Património Cultural.

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Entidade com responsabilidades no domínio do Turismo, TP	Promoção turística e controlo de qualidade.
Entidade com responsabilidades no domínio das Atividades Económicas, IAPMEI	Promover medidas de estímulo à economia regional.
Câmaras Municipais vizinhas	Estabelecer sinergias entre si na promoção do desenvolvimento sustentável da região.
Nível 3 da Estrutura de Governança	
Organizações Não Governamentais (ONG)	Promover a informação, cooperação e participação cívica; Incentivar o debate e a análise crítica das intervenções a implementar; Apoiar as atividades de proteção dos valores naturais na área de intervenção; Fomentar o intercâmbio de informações e experiências com as entidades públicas e privadas; Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Público em geral	Adotar práticas quotidianas de proteção e valorização ambiental; Contribuir para o alcance das metas estabelecidas; Participar ativamente nos processos Consulta Pública, de modo a fundamentar as decisões tomadas. Adotar as orientações e medidas previstas no PDM. Discutir e propor possíveis medidas e intervenções. Participar ativamente nos eventos organizados pelas entidades com o objetivo de definir estratégias para o concelho. Ter iniciativas individuais e comunitárias proactivas em relação à valorização sustentável dos recursos económicos do município.

## 8. TABELA DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA INSTITUCIONAL

Nos termos previstos no respetivo regime jurídico, a entidade responsável pela elaboração do PDM solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental às entidades que, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do Plano (cf. Art.º 5º do RJAAE). O contributo desta consulta deverá ser vertido na 2ª fase da AAE, ou seja, na avaliação ambiental propriamente dita, consubstanciada na elaboração do RA.

Este procedimento não foi efetuado tendo o Relatório de Definição do Âmbito (RDA), designado por Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), sido integrado no Relatório Ambiental (RA) apresentado na 1ª reunião plenária e posteriormente em documento autónomo na 2ª reunião plenária. No sentido de ultrapassar esta situação apresentam-se as contribuições das entidades consultadas pela entidade responsável pela elaboração do PDM, no âmbito do processo da 2ª revisão do PDME:

Tabela 8 - Tabela de Ponderação

ENTIDADE / sobre AAE	INTERESSES ESPECÍFICOS (AGOSTO2021) (RECEBIDOS A DEZEMBRO2021)	ELEMENTOS INICIAIS (FEVEREIRO2022) (ELEMENTOS ENTREGUES À CME EM DEZEMBRO 2021 RELATIVOS À FASE 2)	1ª REUNIÃO PLENÁRIA/PROPOSTA PLANO (21/03/2022) APÓS A ENTREGA DA PROPOSTA PLANO A FEVEREIRO DE 2021 = AOS ELEMENTOS ENTREGUES EM DEZEMBRO 2021)	2ª REUNIÃO PLENÁRIA/PROPOSTA PLANO (21/03/2024) (ELEMENTOS QUE CONSTITUEM DE FEV 2024, AAE E CARATERIZAÇÃO DE JUNHO 2023)	REUNIÕES SETORIAIS COM AS ENTIDADES QUE EMITIRAM PARECER DESFAVORÁVEL: APA (24/10/2024) ICNF (24/10/2024)	3ª REUNIÃO PLENÁRIA/PROPOSTA PLANO (24/04/2025)
ANACOM	O	O	O	O		
AdVT	O	O	O	O		
APA	O	X	X	X	I	I
CCDRA		V	V	V		
ANEPC				O		
CM Alandroal						
CM Arronches						
CM Borba						
CM Campo Maior	O		O			
CM Monforte		O	O			
CM Vila Viçosa						
DGT		O	O	O		
DGADR		O	O	O		
DGEG		O	O	O		
DRAPA	O		O			
DRCAIent			O	O		
E-Redes				O		
ICNF	O	I	X	X	I	
IAPMEI			O			
IHRU						
IMT		O				
IP			O			
IPDJ	O		O			
ISS			O			
TP (turismo)	O	O	I	I		I
ULSNA		O	O			
Valnor						

Legenda: O - Emitiu parecer, mas sem referência específica à AAE, V - Emitiu parecer com referência favorável à AAE, I - Emitiu parecer com referência

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

### RELATÓRIO DE DEFINIÇÃO DE ÂMBITO

2ª REVISÃO

20L05

JANEIRO 2026



condicionada à AAE, **X** - Emitiu parecer com referência desfavorável à AAE.

Apresenta-se em anexo os excertos das contribuições de cada entidade, com as justificações dos contributos acolhidos.

Na continuação do processo da 2ª revisão do PDME serão desenvolvidas pela entidade responsável pela elaboração do PDM as seguintes consultas:

- Consulta das Entidades com responsabilidades ambientais específicas sobre o Relatório Ambiental (em simultâneo com a proposta de plano);
- Consulta Pública sobre o Relatório Ambiental (em simultâneo com a proposta de plano).

## 9. EQUIPA

ESPECIALIDADES	TÉCNICO	HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E PROFISSIONAIS
Coordenação   Ordenamento e Planeamento Territorial	Carlos Correia Dias	Arquiteto Paisagista   Urbanista
Ordenamento e Planeamento Territorial e Arquitetura Paisagista	Carlos Correia Dias	Arquiteto Paisagista
	Elsa Barroso	Arquiteta Paisagista
	José Rondão	Urbanista
	Sofia Guerra	Arquiteta
	Catarina Ramalho	Arquiteta
Arquitetura e Urbanismo		
Economia/desenvolvimento regional	Sérgio Cacheirinha	Economista
Direito do urbanismo e ordenamento do território	Bernardo Albino	Advogado
Engenharia (edifícios, infraestruturas, hidráulica)	António Alves	Engenheiro Civil
Património cultural	Nuno Grancho	Historiador de Arte
Ambiente	Ricardo Martins	Engenheiro do Ambiente
Geografia e Socio-demografia	João Paulo Garrinhas	Geógrafo
Design Gráfico	Miguel Silva	Designer
SIG	Suzete Cabaceira	Arquiteta Paisagista   Técnica de SIG
	Ricardo Martins	Engenheiro do Ambiente

## 10. BIBLIOGRAFIA

Documentos consultados com ou sem referência no texto:

### Plano Diretor Municipal de Elvas

Relatório do Estado do Ordenamento de Território do Plano Diretor Municipal, revisão 2020. Câmara Municipal de Elvas. Outubro de 2022

Relatório - Estudos de Caracterização revisão 2020. Câmara Municipal de Elvas. Outubro de 2022

### Guias e Orientações técnicas

"Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT", publicado em janeiro 2020 pela Direção geral do Território (DGT), disponível no sítio eletrónico da DGT; [https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/red\\_v03\\_g-aae\\_19fev2020\\_bq.pdf](https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/publicacoes/red_v03_g-aae_19fev2020_bq.pdf)

"Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0", DGT, 2021, disponível no sítio eletrónico da DGT; [https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/biblioteca/vff\\_v0\\_guia\\_questamb\\_mar2021.pdf](https://pcgt.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/biblioteca/vff_v0_guia_questamb_mar2021.pdf)

"Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais", publicado em dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT;

"Guia orientador - revisão do PDM", Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDR), 2019 - disponível no sítio eletrónico da CCDRC;

"Nota Técnica - A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas", da APA, datada de abril 2020, disponível no sítio eletrónico da APA;

"Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas", da APA, datada de abril 2020, disponível no sítio eletrónico da APA.

"O Ordenamento do Território na Resposta as Alterações Climáticas - Contributo para os PDM" publicado em maio de 2019 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) - disponível no sítio eletrónico da CCDR LVT.

"Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas". Maria do Rosário Partidário. Agência Portuguesa do Ambiente. Outubro de 2007.

"Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE". Maria do Rosário Partidário. Agência Portuguesa do Ambiente com o apoio de Redes Energéticas Nacionais (REN), SA. Lisboa, 2012

"Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas às Alterações Climáticas". Ministério da Agricultura do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território. 2013.

### Outros Documentos

CEVALOR. Estudo e Caracterização das Áreas Extrativas existentes no Concelho de Elvas. Fevereiro de 2009.

Pérez-Pintor, José Manuel. Garrinhas, João. Universidad de Extremadura. "EUROBEC: CONSTITUIÇÃO, ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO E ESTRATÉGIA", XVII COLOQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA. Salamanca 2022.

CASTRO, Miguel. "COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA NO ALENTEJO. Do INTERREG ao POCTEP 2020". Instituto Politécnico de Portalegre. In POLÍGONOS, Revista de Geografia, 2017, nº 29 ISSN - 1132-1202 ISSN e - 2444-0272).

Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço. (ECDT 2020). XXX Cimeira Luso-Espanhola. Setembro 2020. . <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDAzMAcAVJRV7QUAAAA%3D>

"DINÂMICAS TERRITORIAIS E FUNCIONAIS NA EUROBEC". Garrinhas, João; Pérez-Pintor, José-Manuel; Rubio, Ignacio. Março 2022.

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ELVAS

## RELATÓRIO AMBIENTAL

DEFINIÇÃO DE FACTORES CRÍTICOS DE DECISÃO

ANEXO – CAPÍTULO 8. CONSULTA INSTITUCIONAL E ENVOLVIMENTO PÚBLICO – TABELA DE PONDERAÇÃO.

REVISÃO 2º20

20L05

FEVEREIRO 2025

